



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

BÁRBARA CRISTINA BARBOSA PINTO DA SILVA

A INVENÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT

Rio de Janeiro
2018

BÁRBARA CRISTINA B. P. DA SILVA

A INVENÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística.

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Co orientadora: Profa. Dra. Aline Lopes de Lacerda

Rio de Janeiro

2018

Pinto da Silva, Bárbara Cristina Barbosa

P A invenção do Arquivo pessoal de Santos Dumont / Bárbara
Cristina Barbosa Pinto da Silva. Rio De Janeiro. 2018.
93.

Orientador: Eliezer Pires da Silva.

Coorientadora: Aline Lopes de Lacerda.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos, 2018.

1. Arquivo Pessoal. 2. Santos Dumont. 3. Constituição. I.
Silva, Eliezer Pires da, orient. II. Lacerda, Aline Lopes de,
coorient. III. Título.

BÁRBARA CRISTINA B. P. DA SILVA

A invenção do Arquivo pessoal de Santos Dumont

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador:

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Coorientador:

Prof.^a Dr.^a Aline Lopes de Lacerda
Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Examinador

Interno:

Prof.^a Dr.^a Mariana Lousada
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Externo:

Prof. Dr. Vítor Freire Corrêa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Interno

Suplente:

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
Casa de Oswaldo Cruz – COC

Examinador

Externo

Suplente:

Prof. Dr. Renato Vilela Oliveira de Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

AGRADECIMENTOS

Foi um período conturbado, de muita luta e cheio de emoções, não que eu as tenha pedido. Recebi apoio de algumas pessoas, na verdade poucas. Mas isso já me foi suficiente para não desistir.

Agradeço a Deus pela conquista de estar na FAB, há 5 anos, tendo dedicado 2 deles ao Acervo Santos Dumont, o qual me apaixonou e depois de conhecer mais sobre a história do inventor e sua família, além de explorar mais a fundo o Termo de Doação, resolvi, humildemente, homenageá-lo, em forma de Dissertação, talvez a última das possibilidades ainda não exploradas.

Agradeço à minha família: meu pai, Gerson, minha mãe, Tânia, meu marido, Alexandre, meu irmão, Kadu e minha cunhada, Vanessa: apesar da distância, entre viagens e mestrado, vocês nunca me fizeram pensar que fiz a escolha errada. Amo vocês imensamente! Ah...e no meio do caminho, virei madrinha! Pietra, meu amor maior que me deu o maior gás!

Agradeço aos meus orientadores, Professores Eliezer Pires da Silva e Aline Lopes de Lacerda: Eu não fui a melhor aluna que poderiam ter, mas garanto que aprendi e me dediquei.

Agradeço aos professores Mariana Lousada e Vitor Freire Corrêa por aceitarem participar da banca.

Agradeço àqueles que verdadeiramente torceram por mim, aqueles que verdadeiramente se mostraram meus amigos e me incentivaram até o fim!

Por fim, agradeço aos meus orixás e protetores: obrigada por sempre estarem comigo, principalmente nos momentos em que eu achei que nem aqui estaria! Axé!

... a história não se escreverá senão com o
recuar do tempo e com fatos e documentos.”

(Alberto Santos Dumont)

RESUMO

No presente trabalho, sob a expressão invenção, pretende-se discutir como se deu a constituição do que hoje se conhece como o Arquivo Pessoal de Santos Dumont. O referido conjunto documental, objeto empírico foi doado ao Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), Organização Militar (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER), em 2004 e é constituído por 2716 unidades documentais, sendo 764 documentos iconográficos e 1,57 metros lineares de documentos textuais, reunidos pelo pai da Aviação até 1932, além dos acréscimos selecionados pelo Brigadeiro Lavenère-Wanderley, na década de 1960. Santos Dumont foi um aeronauta, esportista e inventor, um reconhecido herói brasileiro e patrono da Força Aérea Brasileira. Este conjunto documental, doado ao CENDOC em 2004 é reconhecido pela família e pelos pesquisadores como o seu arquivo pessoal. Esse conjunto documental, apesar de não ser fruto das funções e atividades desenvolvidas por Dumont, é representativo de sua trajetória numa perspectiva pessoal, visto que esse conjunto fora acumulado a partir de *clippings* ora solicitados por Santos Dumont. No nível de conteúdo, os documentos refletem suas atividades. Esse conjunto hoje possui, portanto, força de representação documental sobre a vida de Santos Dumont e apresenta documentos provenientes da ação do Santos Dumont de agregar registros sobre sua vida. A pesquisa se fundamentou em problematizar o processo de constituição do conjunto documental que hoje é considerado o arquivo pessoal de Santos Dumont. Nesse sentido buscou-se, através de diálogos com a teoria arquivística, descrever a história arquivística do acervo, a fim de comparar o processo de produção desse arquivo com o de um arquivo pessoal. Espera-se, com este trabalho, demonstrar que, apesar não podermos considerá-lo, no sentido canônico da definição, um arquivo pessoal, este é sim o arquivo pessoal de Santos Dumont, a partir da história arquivística apresentada.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal. Santos Dumont. Constituição.

ABSTRACT

In the present work, under the expression "invention", we intend to discuss how the constitution of what today is known as the Personal Archive of Santos Dumont. This documentary set, an empirical object, was donated to the Aeronautical Documentation Center (CENDOC), Military Organization (OM) of the Aeronautics Command (COMAER), in 2004 and consists of 2716 documentary units, of which 764 were iconographic documents and 1.57 linear meters of textual documents, assembled by the father of the Aviation until 1932, in addition to the additions selected by Brigadier Lavenère-Wanderley in the 1960s. Santos Dumont was an aeronaut, sportsman and inventor, a renowned Brazilian hero and patron of the Brazilian Air Force. This documentary set, donated to CENDOC in 2004, is recognized by the family and researchers as their personal archive. This documentary set, although not the result of the functions and activities developed by Dumont is representative of its trajectory in a personal perspective, since this set was accumulated from clippings ora requested by Santos Dumont. At the content level, the documents reflect your activities. This group today has, therefore, a documentary representation force on the life of Santos Dumont and presents documents from Santos Dumont's action to aggregate records about his life. The research was based on problematizing the process of constitution of the documentary set that today is considered the personal archive of Santos Dumont. In this sense, through archival theory dialogues, the archival science of the collection was sought, in order to compare the process of producing this file with that of a personal archive. It is hoped, with this work, to demonstrate that, although we cannot consider it in the canonical sense of the definition, a personal archive, this is rather the personal archive of Santos Dumont, from the archival history presented.

Keywords: Personal Archive. Santos Dumont. Constitution.

LISTA DE SIGLAS

CENDOC – Centro de Documentação da Aeronáutica.

CODEARQ - Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

COMAER – Comando da Aeronáutica.

FAB – Força Aérea Brasileira.

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

INCAER - Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins.

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição.

OM – Organização Militar.

SPADAER - Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Comando da Aeronáutica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 NOTAS SOBRE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS ARQUIVOS PESSOAIS.	18
2.1 COMO DEFINIMOS ARQUIVOS PESSOAIS?.....	20
2.2 OS AGENTES QUE CONCORREM PARA A PRODUÇÃO E GUARDA DE ARQUIVOS PESSOAIS	26
2.3 A ENTRADA DO ARQUIVO PESSOAL NAS INSTITUIÇÕES DE GUARDA.....	32
3 O ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT E SUAS HISTÓRIAS	38
3.1 SANTOS DUMONT: NOTAS BIOGRÁFICAS.....	41
3.2 O ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT E AS ETAPAS DE SUA CONSTITUIÇÃO.....	47
3.2.1 Santos Dumont dá início a coleta de registros sobre sua atuação	49
3.2.2 Entra em cena o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley	51
3.2.3 A entrada do arquivo no circuito público de instituições	59
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A – Repostas ao questionário aplicado ao Sr, Alberto Dodsworth.....	81
ANEXO A – Registro datilografado da coleta do Tenente Brigadeiro Lavènere Wanderley .	83
ANEXO B – Termo de Doação de Acervo Santos Dumont	87

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, sob a expressão invenção, pretende-se discutir como se deu a constituição do que hoje se conhece como o Arquivo Pessoal de Santos Dumont. O referido conjunto documental, objeto empírico desta dissertação, foi doado ao Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), Organização Militar (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER), em 2004 e é constituído por 2716 unidades documentais, sendo 764 documentos iconográficos e 1,57 metros lineares de documentos textuais, reunidos pelo pai da Aviação até 1932, além dos acréscimos selecionados pelo Brigadeiro Lavenère-Wanderley, na década de 1960.

Essa investigação sobre a constituição do chamado Arquivo Pessoal de Santos Dumont encontra lastro na trajetória da autora desta dissertação desde quando a mesma cursou a graduação em arquivologia e teve os primeiros contatos com os arquivos pessoais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), especificamente, o arquivo pessoal de Getulio Vargas. Este contato se deu com a necessidade de se produzir um Trabalho de Conclusão para uma das disciplinas (Metodologia Científica), e foi uma espécie de capacitação para produção do futuro Trabalho de Conclusão de Curso ao final da graduação. A partir dessa experiência foi possível reconhecer uma dinâmica complexa, ainda que pouco arquivística em termos canônicos, entre acervos pessoais e seus titulares.

Desse modo, parte-se de elementos da biografia da pessoa que dá nome ao conjunto documental custodiado pelo CENDOC, considerando a trajetória de Santos Dumont, desde seu nascimento até o seu falecimento; em seguida, aborda-se a história arquivística do acervo, dimensão em que se problematiza a constituição do conjunto documental, desde o momento em que Santos Dumont decide reunir e acumular documentos, até o recolhimento pela família, incluindo as diversas interferências, e finalmente a doação ao CENDOC há 14 anos. A autora deste estudo atuou no processamento técnico arquivístico dessa documentação, como Chefe do Projeto Acervo Santos Dumont, nos anos de 2014 e 2015.

Uma referência conceitual central nesta pesquisa é a caracterização da ideia de arquivo formulada por Heymann (2009), ao reconhecê-lo como construto social resultante da ação da entidade produtora de arquivo, mas também inclui organizadores e custodiantes em diferentes tempos e circunstâncias, com suas próprias seleções e classificações.

Alberto Santos Dumont (1873 – 1932) foi um inventor brasileiro, conhecido mundialmente como o pai da aviação. No final do século XIX, sensibilizado pelo surgimento

do motor a gasolina, Santos Dumont buscou realizar seu ideal, de criar um aparelho que permitisse o homem voar controlando seu próprio curso. Santos Dumont, ao se mudar para Paris, aprofundou-se em estudos sobre mecânica e motor de combustão. A dirigibilidade parecia ser o que interessava a Santos Dumont.

No conjunto documental denominado Santos Dumont, no CENDOC, estão indicadas as histórias por trás de cada invento, suas criações e seus objetivos. Os documentos apontam, de uma maneira geral, para a trajetória desse aeronauta brasileiro. Há registros de sua vida pessoal e profissional através de artigos de jornal, cartas e fotografias. Durante o processamento arquivístico, notou-se uma significativa quantidade de artigos de jornais e fotografias que sugerem uma intenção do titular em comprovar seus feitos e inventos por intermédio dessa seleção de documentos.

O arquivo pessoal de Santos Dumont, até 2014, não recebeu tratamento arquivístico. Inicialmente os documentos foram encaminhados para o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) com o objetivo de receberem tratamento de conservação. Após esse tratamento, os documentos retornaram para o CENDOC. A partir de então, as intervenções técnicas foram realizadas com aprofundamento conceitual, enquadramento na teoria arquivística e debate em torno dos arquivos pessoais. Surgiram novos questionamentos e expectativas de novas respostas ao trabalho prático, o que trouxe a autora desta pesquisa ao Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos.

Diante do exposto, torna-se relevante caracterizar o processo de construção do conjunto documental que hoje é reconhecido como o Arquivo Pessoal de Santos Dumont, especificamente, reconhecer como foi a constituição do acervo à luz de diálogos com a teoria/metodologia arquivística no que diz respeito ao campo dos arquivos pessoais e descrever a história arquivística desse acervo, desde sua produção/acumulação até seu processamento técnico, visando a sua disponibilização para pesquisa.

Voltando-nos para a questão central desta pesquisa, o processo de constituição do conjunto documental que hoje é considerado o arquivo pessoal de Santos Dumont, processo que aqui denominamos de “invenção”, ao utilizarmos Bellotto (2004) como referência para definirmos arquivos pessoais, parece-nos que o acervo de Santos Dumont poderia ser considerado um arquivo pessoal. A autora afirma que um arquivo pessoal é composto por papéis e materiais resultantes da vida e da obra de seu titular. Se não investigarmos a história arquivística de nenhum acervo, não poderemos defini-lo com arquivo pessoal ou coleção, por exemplo. E esse ponto é fundamental para complementar o que será apresentado a seguir.

Primeiro, tratemos do que hoje é considerado o arquivo pessoal de Santos Dumont, sob custódia do CENDOC: há documentos produzidos por Santos Dumont, além de documentos por ele acumulados. Parece ser essa a primeira iniciativa de constituição e acumulação de papéis sobre a vida do inventor, realizada pelo próprio. Mas há, ainda, em outro tempo e outras circunstâncias, a participação de outros agentes na ampliação do conjunto documental e cujo protagonismo nessa ampliação foi o do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley. Lavenère-Wanderley foi casado com a sobrinha-neta de Santos Dumont, Sophia Helena. Daí sua relação direta com o inventor. Além disso, Lavenère publicou o Livro História da Força Aérea, sua primeira edição em 1967, e foi eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 26 de julho de 1972, passando a sócio efetivo em 15 de dezembro de 1975.

Uma das questões iniciais que o conjunto documental doado ao CENDOC trazia era relacionado ao que fora produzido e acumulado por Santos Dumont anteriormente à interferência do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley. Não há registros de que Santos Dumont havia organizado seus documentos nem como os havia organizado.

Ao eclodir a Revolução Constitucionalista de 1932, a parte da família que residia em São Paulo, cidade que foi mais duramente atingida, recebeu uma invasão e extravio dos pertences pessoais que se encontravam na casa de Petrópolis, pois ela ficava desguarnecida de segurança. O Sr. Jorge Toledo Dodsworth, cunhado de Santos Dumont, preocupado, trouxe os referidos pertences, e dentre eles, um baú de vime fechado com os “papéis” de Santos-Dumont. Em 1969, o baú foi reencontrado e deixado sob a guarda do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley. O Brigadeiro, nos três anos subseqüentes, cuidou dos documentos, organizando-os em cinco volumes encadernados que juntos possuem em torno de 2200 unidades documentais, testemunhos da trajetória de Santos-Dumont durante os anos de 1899 a 1903. Os registros posteriores a essa data foram conseguidos e reunidos pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley.

Os anos se passaram e a família percebeu a necessidade de o conjunto documental receber um tratamento que lhe desse maior visibilidade. Alberto Dodsworth Wanderley, filho do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, foi um dos membros da família que, junto com sua mãe, participou ativamente da busca por uma instituição que recebesse o acervo e o disponibilizasse para consulta.

Após o falecimento do meu avô (Sr. Jorge Toledo Dodsworth), minha avó começou a desmontar a casa. Pediu então a meu pai que fosse ao porão ver um cesto de vime que continha, segundo ela, uma série de papéis antigos. Era para ele ver o que prestava e jogar fora o que não prestasse. Quando meu pai viu que aquilo não era papel velho,

que ali havia artigos de jornal do mundo inteiro com notícias relacionadas a Santos-Dumont, ele disse à minha avó que ia recolher tudo. Como historiador que era, reconheceu aquele material como documentos históricos e se interessou em fazer ele mesmo sua classificação. (Entrevista concedida pelo Sr Alberto Dodsworth Wanderley ao Jornal Estadão, Especial a Redescoberta de Santos Dumont, 2015).

Foram consultadas várias entidades e o CENDOC se interessou em receber esse conjunto documental denominado Santos Dumont. A primeira conversa se deu por intermédio do Arquivo Nacional, procurado em 2003. Em 2004, o CENDOC se comprometeu no Termo de Doação assinado com a família a realizar a organização arquivística do acervo, conservá-lo e divulgá-lo por meio de catálogos, apresentações multimídia e instituições de pesquisa, entre outras formas, além de fazer pelo menos três exposições por ano. A exigência era de que o acervo fosse democratizado, que não se limitasse à manutenção e sim fosse posto à disposição não só de pesquisadores, mas de colégios e público em geral.

Observa-se que, apesar de estar registrado no Termo de Doação, em sua primeira cláusula, que os documentos pertencentes ao acervo Santos Dumont foram compilados pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, não há qualquer registro de uma provável inquietude, por parte do CENDOC, da interferência realizada por Lavenère no acervo. Percebe-se que isto nunca foi o foco dos holofotes: o nome Santos Dumont obteve maior visibilidade do que a história arquivística do acervo, o que se confirma dada a quantidade de atividades a serem realizadas em prol da divulgação do acervo, o que acabou por deixar a história arquivística de lado.

Por não possuir uma Política de aquisição de acervos, nem padrões próprios e definidos para o tratamento de arquivos pessoais, o CENDOC, na pessoa de uma militar arquivista, a última Chefe do Projeto antes de eu assumi-lo, necessitou criar um quadro de arranjo inspirando-se em boas práticas vistas em outras instituições, como as praticadas pelo MAST¹.

No conjunto documental de Santos Dumont, alguns problemas foram identificados logo no início do processamento técnico arquivístico. Primeiramente, é importante salientar que os documentos foram doados ao CENDOC como livros. O Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, a partir dos documentos reunidos por Santos Dumont, encadernou os documentos e os organizou em cinco volumes, mais um, chamado de avulsos, após ter incluído muitos outros documentos sobre o parente famoso. Esse aspecto da história do arquivo foi descoberto após o início do tratamento técnico. Os volumes foram desmontados para que recebessem tratamento

¹ Por mais que o MAST tenha sido a instituição responsável pelo tratamento de conservação com vistas à salvaguarda da documentação, a referida instituição não participou do processamento técnico arquivístico. Suas práticas apenas inspiraram o tratamento a ser realizado pelos militares do CENDOC.

de conservação e restauro, e assim foram entregues ao CENDOC, como unidades documentais, da mesma maneira que o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley os encontrou.

Com a intenção de se manter os documentos de acordo com o que fora encontrado pela família, ou seja, em unidades documentais e não encadernados, era necessário definir um quadro de arranjo que fosse mais eficaz para o adequado processamento técnico. Para resolver tal questão, foi seguido o modelo de arranjo aplicado pelo MAST até o ano de 2013². Nesse sentido, foi adotado o modelo misto de arranjo, adotando como séries nesse quadro de arranjo não só as atividades realizadas pelo produtor, mas também séries relacionadas a gêneros documentais.

Diante do levantamento realizado sobre a história arquivística desse conjunto documental, as questões norteadoras desta pesquisa são: Quais foram os elementos que concorreram para a construção do conjunto documental que hoje é reconhecido como o Arquivo Pessoal de Santos Dumont no CENDOC? Como analisar o acervo Santos Dumont à luz da teoria arquivística no que diz respeito ao campo dos arquivos pessoais?

A partir destes questionamentos, a pesquisa se fundamentou em problematizar o processo de constituição do conjunto documental que hoje é considerado o arquivo pessoal de Santos Dumont. Nesse sentido buscou-se, através de diálogos com a teoria arquivística, descrever a história arquivística do acervo, e apontar as particularidades que caracterizam a formação desse arquivo. Como objetivos específicos, buscou-se reconhecer esse processo de produção do arquivo à luz de diálogos com a teoria/metodologia arquivística no que diz respeito ao campo dos arquivos pessoais, descrever a história arquivística do Arquivo Pessoal de Santos Dumont, de sua produção/acumulação ao seu processamento técnico visando a sua disponibilização para pesquisa e apontar os elementos que concorreram para essa construção, provendo esse processo de informações levantadas pela pesquisa.

Dentre os temas propostos pela arquivologia, a temática dos arquivos pessoais apresenta-se, comumente, provocativa. Isso porque os arquivos pessoais têm características que desafiam as propostas da teoria arquivística tradicional. Embora esta temática tenha se mantido à margem das discussões arquivísticas, atualmente vem ganhando força e ampliando discussões e conhecimento.

² A partir de 2013, o MAST passou a produzir arranjos tendo como base a tipologia documental. De 1986, ano de criação do arquivo, até 2013, utilizava-se um modelo misto no MAST. O primeiro arranjo produzido, em 1988, levou em consideração a organização anteriormente dada pelo produtor do arquivo, em que se percebia as áreas de atuação do produtor. A partir de 1995, a instituição passou a pensar seus quadros de arranjo de modo que fosse possível refletir as atividades do produtor e que assim pudéssemos identifica-lo com facilidade.

Ao tratarmos os Arquivos Pessoais, acabamos por aproximá-los, imediatamente, da realidade dos arquivos institucionais. Entende-se que há a necessidade de, primeiramente, compreender melhor o indivíduo e detentor do arquivo atuando, portanto, de maneira cuidadosa, visto que cada arquivo pessoal representa uma experiência nova e, como consequência, novos aprendizados.

Primeiramente, destaca-se a importância do titular deste Arquivo Pessoal: Santos Dumont foi um aeronauta, esportista e inventor, um reconhecido herói brasileiro e patrono da Força Aérea Brasileira. Este conjunto documental, doado ao CENDOC em 2004 é reconhecido pela família e pelos pesquisadores como o seu arquivo pessoal.

Esse conjunto documental, apesar de não ser fruto das funções e atividades desenvolvidas por Dumont, é representativo de sua trajetória numa perspectiva pessoal, visto que esse conjunto fora acumulado a partir de *clippings* ora solicitados por Santos Dumont. Ou seja, no nível de conteúdo, os documentos contêm informações sobre fatos de sua vida. Esse conjunto hoje possui, portanto, força de representação documental sobre a vida de Santos Dumont e apresenta documentos provenientes da ação do Santos Dumont de agregar registros sobre sua vida.

Mas do ponto de vista da teoria dos arquivos pessoais, o mesmo conjunto não cumpre com as características necessárias à sua informação como tal. Um simples estudo da biografia do produtor não é suficiente para cessar a inquietude provocada durante o processamento técnico do acervo. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo descrever o processo de produção dessa documentação, lançando mão de fontes diversas, como o próprio arquivo, entrevistas com doadores, documentos institucionais do CENDOC, dentre outros, para analisar suas características mais marcantes. Seu resultado poderá auxiliar na compreensão da história da custódia de arquivo, as ações dos envolvidos e esperamos que se torne instrumento de consulta para pesquisadores futuros.

A estrutura do trabalho possui o seguinte desenho: no capítulo um, apresento algumas características dos arquivos pessoais, relacionando as definições propostas por alguns autores e o que podemos depreender destas definições, além dos agentes que concorrem para os processos de produção e acumulação dos arquivos pessoais, relacionando a teoria arquivística tradicional com acervos pessoais, principalmente evidenciando a relação dos documentos do arquivo com seu produtor, além da entrada do arquivo pessoal nas instituições de guarda.

No segundo capítulo, trago as informações sobre Santos Dumont, a partir alguns aspectos de sua biografia, o processo de construção de seu arquivo, a trajetória deste com a família e no CENDOC e além das interferências familiares, importantes e definitivas para o que hoje conhecemos como o arquivo pessoal de Santos Dumont. Ao final, encontra-se o produto deste trabalho, que é o material de descrição arquivística que possa ser inserido nos instrumentos de pesquisa do CENDOC de forma que o arquivo de Santos Dumont, hoje possa ser mais bem contextualizado nas suas origens e evoluções.

Visto que o objetivo desta pesquisa é descrever o processo de construção do que hoje se entende como o Arquivo Pessoal de Santos Dumont espera-se, a partir da discussão sobre arquivos pessoais e seus processos de produção, contribuir para ampliar a reflexão sobre os arquivos pessoais na arquivologia. O arquivo que leva o nome do inventor é um exemplo de uma situação que pode ocorrer em outros arquivos do tipo, que são associados a um titular por força de sua projeção pública, mas que, do ponto de vista da teoria dos arquivos, não guardariam conexões essenciais com o produtor. Do ponto de vista de sua produção e acumulação, e sobretudo da relação dos documentos com o próprio Santos Dumont, esse conjunto não poderia ser de fato o seu arquivo pessoal, mas os processos familiares, institucionais e sociais a partir dos quais os documentos foram submetidos contribuíram para a sua legitimação como representante documental do “pai da aviação”. A construção da história de produção desse arquivo e a descrição dos seus processos de significação podem ser úteis para iluminar outras situações semelhantes e ampliar os debates sobre arquivos pessoais.

2. NOTAS SOBRE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS ARQUIVOS PESSOAIS.

Dado o objetivo geral da presente dissertação, teremos neste capítulo uma discussão em torno dos arquivos pessoais e sobre as definições apresentadas por alguns autores para arquivos pessoais e, a partir destas depreender algumas das características que são importantes e as sistemáticas de produção e acumulação de documentos. Trataremos ainda como outros agentes, para além do titular do conjunto documental, concorrem para a produção e guarda de arquivos pessoais, além do momento da entrada dos arquivos pessoais em instituições de guarda de acervos.

2.1 COMO DEFINIMOS OS ARQUIVOS PESSOAIS?

A definição de arquivos pessoais está disponível na literatura arquivística como uma categoria dos arquivos privados. Eles constituem o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Arquivo privado é o “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado de arquivo particular” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35). E arquivo pessoal é o “arquivo de pessoa física” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34).

Os arquivos pessoais são cada vez mais utilizados como fonte de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Mas as pesquisas em torno dos arquivos e suas definições e características são ainda escassas. Seria pertinente traçar, brevemente, um panorama das definições sobre arquivos pessoais, além do que é previsto na legislação brasileira.

A partir da bibliografia consultada, percebeu-se a afirmação de vários autores sobre as complexidades que circundam os arquivos pessoais e seu processamento técnico. Para darmos início a este panorama, apresento algumas palavras de Schellemborg sobre a temática. O autor afirma que a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários (2006, p. 269). Os bibliotecários recebiam os chamados “manuscritos históricos”, simples unidades avulsas. Mais recentemente, os bibliotecários passaram a lidar com coleções de documentos, as quais têm relação orgânica entre si. Sobre a “tradição” de tratamento a documentos de arquivos pessoais, Camargo observa que

Submetidos a abordagem bibliográfica, os documentos dos arquivos pessoais são tratados como se desfrutassem de autonomia de significado, razão por que não apenas

vêm descritos individualmente como ainda se conformam a regras universais de referência (autor, título, assunto etc.). Cada documento, independentemente de sua extensão ou característica física, passa a configurar um universo cuja identificação nada deve às circunstâncias em que foi produzido, nem às relações orgânicas que mantém com outros itens do arquivo. (CAMARGO, 2009, p. 30).

As observações de Camargo e Schelleberg relacionam-se perfeitamente, visto que o tratamento dado pelos bibliotecários não era o mais adequado, como se os documentos desfrutassem de autonomia, como os livros, desconsiderando uma das características principais dos documentos: a organicidade.

Até bem pouco tempo, nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários. Os papéis com que tinha de lidar vinham-lhes às mãos como agregados de peças díspares e desorganizadas, originários de famílias importantes na história do país. Esses papéis eram comumente chamados de “manuscritos históricos”. Os princípios e as práticas que se criaram relacionam-se com o tipo de peças com que os bibliotecários estavam acostumados a lidar, isto é, simples unidades avulsas. (SCHELLENBERG, 2006, p. 269).

A expressão “papéis privados”³ passou a ser empregada ao invés de “manuscritos históricos” por ser um termo mais genérico e por se aplicar a toda espécie de material documentário. Mais recentemente já é bastante comum o termo arquivos pessoais para designar esse tipo de formação documental associada a uma trajetória de vida de um indivíduo.

Schelleberg analisa as expressões coleções naturais e artificiais, utilizando a característica “artificial” para os casos de documentos reunidos por mais de uma fonte, como no caso de arquivos familiares. Para o autor, as coleções de “papéis privados” podem ser diferenciadas pelas suas origens, como coleções naturais ou orgânicas e como coleções artificiais.

As coleções artificiais são constituídas por elementos selecionados segundo um critério temático, cronológico, ou qualquer outro que desvincule as peças eleitas pelo colecionador do seu contexto de produção, ou seja, o conjunto é constituído por documentos obtidos a partir de procedências diversas e muitas vezes não recuperáveis. Na coleção, a procedência não é a condição para se constituir o conjunto, mas cada objeto em si em decorrência de critérios definidos pelo colecionador. Schelleberg afirma que:

Em oposição às coleções naturais de papéis privados, as coleções artificiais de tais papéis são constituídas depois de ocorridas as ações a que se relacionam, não concomitantemente, e em geral derivam de diversas fontes, e não de uma única. São, além disso, verdadeiras coleções, no sentido de que várias peças são ‘coleccionadas’, isto é, reunidas. No caso de papéis de família, por exemplo, a coleção terá sido feita, provavelmente, por um determinado membro da família, talvez um filho da pessoa

³ A expressão papéis privados pode se referir tanto a arquivos institucionais quanto arquivos pessoais.

cujos papéis estão sendo preservados. A coleta, é lógico, pode também ser feita por outros: colecionadores para fins comerciais, estudiosos, curadores ou arquivistas para fins genealógicos ou de pesquisa. O próprio depósito de manuscritos criará comumente pelo menos uma coleção artificial de peças avulsas, adquirida peça por peça de várias fontes (SCHELLEMBERG, 2006, p. 270).

Se aplicarmos esta citação ao caso tratado nesta dissertação, será possível um melhor entendimento acerca do conjunto documental denominado “arquivo Santos Dumont”. Este arquivo iniciou-se a partir do momento que Santos Dumont solicitou que empresas especializadas em *clipping* reunissem notícias sobre ele. Em um determinado momento, mais precisamente 60 anos após esta reunião de *clippings*, um dos familiares, após estar de posse desses documentos, reuniu outros documentos a este acervo, formando a citada coleção artificial de documentos sobre Santos Dumont.

Percebe-se que os arquivos pessoais, assim como os acervos encontrados em bibliotecas, eram considerados como coleção, sendo tratados, portanto, a partir de técnicas da área de biblioteconomia, graças a algumas características facilmente identificadas, como as variadas gamas de tipologia e de suporte documentais, além de serem resultantes de múltiplas fontes. Desta prática tínhamos, como resultado, o tratamento da documentação sem que houvesse consideração com a relação da atividade que gerou cada um desses documentos, sem a preocupação com a organicidade requisita ao acervo, a contextual.

Partiremos agora para uma análise acerca do que é tratado por Camargo e Goulart sobre a temática. As autoras iniciam a discussão contrariando a concepção ora praticada, com o argumento de que é necessário “tratar o arquivo pessoal como um conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que a geraram” Camargo e Goulart (2007, p. 35). O contexto preconizado na Arquivologia, ao contrário da autonomia dos documentos biblioteconômicos, situa-se principalmente em duas perspectivas definidas pelas autoras: o “quando” que corresponde a temporalização da produção dos documentos e o “como”, que por sua vez relaciona-se às circunstâncias que propiciariam a origem documental.

Todo documento tem uma razão de ser e cumpre uma determinada função em algum momento da vida de uma pessoa ou instituição. Em se tratando de arquivos pessoais, são produtos de necessidades que brotam ao longo da vida de um indivíduo, relacionadas a atividades e funções sociais desempenhadas por ele. Podemos afirmar que os arquivos pessoais são representantes da vida de uma pessoa e devem receber um tratamento arquivístico efetivo, de forma a retomar sua unicidade, organicidade e relação entre os documentos. A aplicação de procedimentos arquivísticos a esse tipo de arquivo é possível e necessário na medida em que

formam conjuntos orgânicos e autênticos, representantes das atividades que lhes deram origem (CAMARGO, 2009, p. 26-39).

A leitura do texto de Camargo nos dá segurança para afirmar que, ao contrário da visão que vê nos registros provenientes da vida privada uma associação com as coleções, os documentos que compõem um arquivo pessoal são documentos de arquivo. Esses registros, produzidos e acumulados por seu titular, manifestam suas atividades profissionais e outras que se relacionam à sua vida privada. Sua gênese está relacionada às necessidades de registro de ações, de comprovação de atividades, de necessidade de memória. Por estarem conectados ao seu produtor de forma orgânica, podem ser usados no futuro para comprovar, testemunhar ou servir de base para futuros trabalhos sobre a vida do produtor. Os arquivos pessoais ultrapassam, portanto, os limites da intimidade do seu produtor, pois asseguram direitos através dos documentos que engajam o homem na sociedade. Nesta perspectiva, o arquivo é capaz de servir como prova de vivência. Segundo Artières, 1998, p. 6:

Além disso, o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar apto a apresentar o inventário deles: seu curriculum vitae. O que é um curriculum senão o inventário dos nossos arquivos domésticos? A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço e telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques. Um curriculum é uma autobiografia resumida, um sumário: só traz o essencial. Num curriculum a lacuna é banida, é sinônimo de um vazio, de um período sem escrita. Devemos portanto manter os nossos arquivos com cuidado; não apenas não perder os nossos papéis, mas também provar que eles estão bem classificados. Eles devem revelar uma coerência condizente com a norma. (ARTIÈRES, 1998, p. 6).

Consoante Artières, o arquivo pessoal é um instrumento de constatação e indicação da identidade individual. Os homens criam e mantêm seus arquivos pessoais para rememorar o passado, conduzir o presente e conjecturar o futuro. O hábito de guardar documentos pode ser transmitido de geração para geração, mesmo que os suportes se modifiquem ou se extingam em função das práticas humanas e tecnológicas. Enquanto os documentos estão com o produtor, não há regras que o obriguem a conservar os mesmos, o que torna os arquivos pessoais menos sujeitos a uma gestão planejada. Mesmo assim, esses conjuntos são entendidos como importantes fontes que embasam a escrita da história individual desse sujeito e suas relações com a sociedade no período em que viveu (ARTIÈRES, 1998, p. 7).

Mas nem por isso podemos afirmar que os arquivos pessoais são criados com finalidade histórica e cultural. Entende-se que esses arquivos são acumulados com uma funcionalidade clara para a pessoa que o forma, que não se relaciona, necessariamente, com uma intenção de auto projeção. Os documentos são produzidos e acumulados no exercício diário das nossas

existências e se alguns são claramente produto de funções e obrigações, outros podem trazer a marca da aleatoriedade. No caso do objeto empírico desta dissertação, esse conjunto documental, mesmo não sendo fruto das funções e atividades desenvolvidas por Santos Dumont, representa sua trajetória numa perspectiva pessoal, tendo sido acumulado a partir de *clippings* anteriormente solicitados por ele. Ou seja, no nível de conteúdo, os documentos registram suas atividades, ainda que não tenha havido, por parte dele, uma ação constante de acúmulo de documentos e formação de arquivo na sua vida privada. No nível das relações familiares e institucionais, esse conjunto foi sendo tecido e entendido como sendo o arquivo do inventor. Esse conjunto, após os contornos dados pelos agentes que atuaram na sua formação e a aceitação institucional de sua guarda permanente, hoje representa, do ponto de vista documental, a trajetória do pai da aviação.

Ainda sobre a caracterização de arquivos privados, Bellotto (2006, p. 265) assim define o lugar ocupado pelos arquivos pessoais:

É larga a sua gama, se tomados conceitualmente como todos os arquivos de entidades não-governamentais. Entretanto, por motivos didáticos e práticos, a arquivística consagrou internacionalmente três categorias: sob a denominação arquivos econômicos estão os arquivos de empresas, de estabelecimentos bancários, industriais ou comerciais; como arquivos sociais incluem-se os de estabelecimentos de ensino privado, de agremiações políticas, profissionais e desportivas, assim como de sindicatos, hospitais, entidades religiosas, caritativas e outras de fins não-lucrativos; como arquivos pessoais – também considerados arquivos privados propriamente ditos –, os constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que preservados para além da vida dessa pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos à consulta pública. (BELLOTTO, 2006, p. 265).

A autora delimita o significado e a amplitude da categoria arquivos privados como uma subcategoria dos arquivos. E dos arquivos pessoais como uma subcategoria de arquivo privado. Os arquivos pessoais são arquivos pois são gerados pelas atividades de indivíduos e dotados de proveniência e organicidade. Para que haja constituição e manutenção de arquivos pessoais, os produtores destes precisam deixar registros e esses, obviamente, precisam ser preservados. Segundo Artières (1998), os arquivos pessoais são manipulados ao longo de sua geração pelos seus titulares (os produtores), pois as seleções e eliminações são feitas ao longo de todo o processo de sua formação, como uma prática de construção individual e de resistência ao esquecimento. O indivíduo faz registros de si, através dos documentos, o que nos faz perceber uma possível preocupação com a sua imagem, para além de sua própria vida, pensando em transmitir um legado para quem vir a acessar seus papéis. O arquivo pessoal depende de ações

de pessoas, interferências do produtor e de terceiros e do tempo. Além da manipulação mencionada por Artières, há as possibilidades de trajetórias que o arquivo percorrerá até uma instituição de custódia (instituição arquivística ou serviço de arquivo). Atualmente os documentos de origem pessoal são naturalmente vistos como possuidores das características que de resto definem arquivos de todos os tipos. A forma e a especificidade que essas características assumem em cada caso, na relação de indivíduos e registros, é que tem sido objeto de discussão.

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. (BELLOTTO, 2004, p. 256)

Devemos considerar a relevância desses arquivos como fonte histórica. Esses documentos, reunidos e acumulados por pessoas físicas, podem complementar, por exemplo, informações oficiais. Portanto, os arquivos pessoais vêm contribuir com o entendimento de questões sociais, culturais, práticas científicas e, assim, complementar as já tradicionais fontes de informação, as institucionais. Como bem aponta Belloto:

Assim, pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de agir, pensar, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2006, p. 266)

Também devemos ter em mente que os arquivos pessoais, após doados, tratados e tornados fontes para pesquisas, passam a compor os instrumentos de que se servem pesquisadores para construir novos conhecimentos. Mais um motivo para que esses arquivos e suas histórias de produção e guarda sejam devidamente organizados e tornados acessíveis como dados contextuais para que os arquivos sejam fontes confiáveis para usos posteriores. Os arquivos nunca são os fatos nem são espelhos objetivos do produtor, mas sim resultados de

várias circunstâncias que, se conhecidas, podem lançar mais luz sobre sua força de representação das trajetórias individuais vividas. Segundo Heymann,

[...] os arquivos são tomados como construtos sociais capazes de revelar valores e padrões de comportamentos; são analisados como artefatos produzidos ao longo de uma série de investimentos de naturezas distintas, resultantes da ação da entidade produtora de arquivo, mas também de seus organizadores e custodiadores que, muito antes do trabalho seletivo empreendido pelo historiador, realizam, eles também, e em diferentes tempos e circunstâncias, suas próprias seleções, classificações e monumentalizações. (HEYMANN, 2009, p. 28-29)

A partir de Bellotto e Heymann depreende-se que possuem proximidade com os arquivos institucionais, primeiro porque ambos são dispositivos de registro derivados de atividades. Os arquivos evidenciam as transações da vida humana, sejam elas institucionais ou pessoais. Muitos documentos produzidos por pessoas não são intencionalmente criados mas nascem dentro de um contexto, como consequência de alguma atividade ou por alguma necessidade, como os documentos de registro civil, de ordem financeira etc. Mas existem também trabalhos que observam a especificidade da formação de arquivos pessoais, muito menos regidos por constrangimentos administrativos e institucionais, ocasionado a reunião de documentos pelo titular de forma muito mais livre e ampla. Daí a sua riqueza.

Oliveira defende a visão dos arquivos pessoais como conjuntos muito semelhantes aos constituídos tradicionalmente em outras esferas da atividade humana, mesmo consciente de que tem as suas especificidades. Ela afirma:

Entendo o 'arquivo pessoal' como um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo. Cumpre ainda notar que documentos que constituem os arquivos pessoais apresentam as cinco características dos documentos de arquivo: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade. (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Esses conjuntos, diante de suas características, necessitam de procedimentos normalizados para que a preservação e o acesso sejam garantidos. Porém, não podemos deixar de considerar que a sistemática de produção e acumulação é diferente no caso dos arquivos pessoais. Sobre isso, Cook questiona "até que ponto pode a acumulação de documentos de um indivíduo ser comparada com a acumulação por uma instituição como resultado natural e necessário de suas atividades?" (COOK, 1998, p. 131).

No caso de produção e acumulação de arquivos pessoais, não há restrição nem regulação. Oliveira (2009) afirma que o processo de produção dos arquivos pessoais não é inserido em um contexto de normas ou padrões, entretanto, os documentos traduzem códigos ou referências do momento histórico em que estão inseridos. E esses códigos ou referências são expressivos para que possamos compreender o arquivo e os atores envolvidos e que, indiretamente, participam desse conjunto documental, tendo eles redigido documentos, recebido ou sido mencionados. E auxiliarão também a identificar quais desses acervos poderão ser recolhidos às instituições arquivísticas. Por isso que arquivos pessoais de intelectuais, políticos, artistas, por exemplo, ingressam tradicionalmente em instituições arquivísticas e de memória, pois é a partir do reconhecimento da importância de seu titular para a sociedade ou para um determinado segmento que estes acervos são recolhidos.

O produtor do arquivo é quem comanda essa lógica de guardar. Sendo este o centro lógico do arquivo, os conjuntos documentais são conduzidos por interesses particulares, relações sociais e apresentam uma linha tênue entre as atividades profissional e familiar. Não há também necessidade maior de se guardar documentos como provas (os casos são menores se compararmos com os arquivos institucionais), nem de se realizar gestão. Não há, por exemplo, prazos de guarda para se cumprir muito menos previsões sobre o que os produtores devem guardar permanentemente: os documentos têm relação com o perfil, com a ampla gama de atividades e de interesses de cada produtor.

Os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. A lógica de acumulação dos documentos nos arquivos pessoais não corresponde àquela das instituições. Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Assim, o conhecimento de todo o universo do acervo, para tratá-lo, representa um desafio para arquivistas. Um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo de sua vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico. Ao arquivista cabe realizar um estudo sobre a vida e obra da pessoa produtora do arquivo, para que possa compreender o conjunto documental, definir abordagens, classificação e todo o tratamento arquivístico a ser adotado, incluindo a preservação e o acesso. (SANTOS; SILVA, 2012, p. 7-8).

Neste parágrafo, percebe-se a necessidade de compreender a lógica de acumulação do arquivo pessoal e como esta é essencial para que se desenvolva o processamento técnico arquivístico para o adequado tratamento documental. Os arquivos pessoais normalmente são recolhidos às instituições de custódia sem qualquer ordenação e com muitas lacunas, diferentemente dos arquivos institucionais, como observa Heymann:

No caso dos registros produzidos e recebidos pelas organizações, a relação do documento com o funcionamento da entidade produtora, sua razão de existir naquele contexto, é identificável, de forma quase inequívoca, quer pela análise de seu conteúdo, quer pela atenção à sua tipologia, ao uso de fórmulas padronizadas, timbres e cabeçalhos, que estabilizam o sentido do documento, permitindo interpretá-lo com bastante segurança. (HEYMANN, 1997, p. 59-60)

Além disso, há que se pensar na custódia na dimensão privada: os arquivos pessoais, podem ficar sob a responsabilidade de familiares próximos, principalmente após o falecimento do produtor. E nesta transferência de custódia, verifica-se influência nos arquivos pessoais, as já conhecidas interferências familiares.

Nessa perspectiva, caberá aos arquivistas identificar os atos particulares do produtor do acervo, atentando principalmente ao tempo e a circunstância para produção dos documentos, sendo de fundamental importância o suporte do produtor ou de seus familiares, caso o titular tenha falecido. Quando este contato não puder acontecer, há que se basear na melhor das fontes, portanto, nas fontes primárias, no próprio arquivo pessoal, o qual irá “falar” pelo produtor. Camargo e Goulart (2007, p. 45) afirmam que o caminho do arquivista é bastante sinuoso, na medida em que vai à busca de uma lógica organizacional, sempre adequadamente traduzida na nomenclatura das partes que integram sua estrutura, privilegiando o método funcional, ajustando seus termos ao contexto de acumulação dos diferentes documentos. Os documentos, ao serem tomados como conjunto, revelam a trajetória de vida do seu titular, além de seus gostos, hábitos e costumes, o que constituirá, por conseguinte, seu arquivo pessoal.

Portanto, podemos considerar que os arquivos pessoais são conjuntos de documentos, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que, de alguma forma, contém informações sobre fatos de suas vidas, às atividades e funções exercidas e aos seus interesses cultivados, ao longo de suas vidas. Essa acumulação resulta de uma seleção de documentos que serão guardados, dentre todos os papéis manuseados, no dia a dia do produtor. Em alguns casos, como no de arquivos de pessoas públicas, essa seleção também pode ser feita por outros agentes, como familiares, por exemplo. Nesse sentido, esses arquivos se diferenciam dos arquivos institucionais, em relação à sua estrutura e organização, visto o caráter orgânico único do acervo documental que o compõe.

2.2 AGENTES QUE CONCORREM PARA A PRODUÇÃO E GUARDA DE ARQUIVOS PESSOAIS.

Todo o ser humano, ao longo de sua vida, acumula papéis resultantes de alguma atividade sua na sociedade. Claro que esta acumulação não acontece com uma consciência plena de que estes papéis acumulados constituirão um arquivo pessoal e que este estará, um dia, disponível para consulta pública. Paralelo a isto, constata-se que nem tudo é literalmente guardado. Muitos desses documentos se perdem durante a trajetória do titular. Portanto, ao falarmos de documentos presentes nos arquivos pessoais cabe ressaltar que se trata, em geral, do conjunto de papéis produzidos e acumulados durante sua jornada inteira.

A produção e a acumulação de documentos por parte de um indivíduo seguem regras em desequilíbrio. Se por um lado há produção e acúmulo de documentos necessários à consecução da vida civil e da relação do indivíduo com o Estado em todos os níveis, por outro há uma série de registros que se tornam documentos apenas pela sistematização da acumulação. Documentos que registram aspectos da vida privada, por exemplo. Documentos não formais nem formalizados enquanto tais. Ganham autenticidade e valor probatório pela relação orgânica com o produtor e com os outros documentos mais formais que integram o arquivo de qualquer pessoa.

Além desse aspecto, um ponto importante é a identificação de possíveis agentes que porventura concorreram na produção e acumulação do arquivo na história de sua custódia, por exemplo. Buscar entender quem efetivamente construiu o referido conjunto documental ou qual o peso que cada um dos atores envolvidos nessa constituição teve é tarefa importante para quem organiza esses conjuntos. Se houve troca de custódia, antes do arquivo ser doado, é fundamental precisar que tipo de investimento o novo guardião aplicou ao arquivo. Um exemplo bastante comum é encontramos documentos sobre o titular do arquivo produzidos após seu falecimento. Como um arquivo pessoal se torna fechado após a morte de seu titular, fica evidente que documentos após esse momento foram acrescentados ao arquivo por outras pessoas.

Antes de se pensar no ingresso de um arquivo pessoal em uma instituição de guarda, há que se começar a desenhar a parte inicial da história arquivística do acervo, norteando a pesquisa para o momento anterior a este ingresso, tratando portanto o universo de configuração do referido conjunto, observando a relação do “titular” com os seus documentos. É necessário compreender a lógica de acumulação do arquivo pessoal como algo imprescindível para o emprego de uma metodologia de tratamento documental.

Assim, descrever a trajetória percorrida por um arquivo e o processo de sua constituição objetiva perceber as ocasiões que levam os homens públicos a acumular documentos, a ordenar

esses documentos, a guardá-los para vida toda. Nessa iniciativa, o foco maior é entender esse processo de constituição do conjunto documental e o porquê de suas ações com seus papéis.

Os homens públicos, principalmente, guardam registros de sua trajetória. Apesar de registrarmos praticamente todos os acontecimentos de nossas vidas ou algo que realizamos, apenas poucos desses vestígios são conservados, isso porque tudo pode influenciar para que guardemos ou eliminemos nossos registros, sejam o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia (ARTIÈRES, 1998, p. 10). De acordo com Heymann (1997, p. 42) “cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados”. Diante do exposto, entende-se a grande variedade, não só de espécies e de tipos documentais, mas também em relação aos possíveis motivos que levam o titular a preservar e guardar determinados documentos.

Tomando o produtor como ponto central do arquivo e buscando entender a conexão da documentação com quem a produziu ou acumulou poderemos entender o arquivo como documentos acumulados por pessoa física ou jurídica.

Vianna, Lissovsky, Sá (1986, p. 65) afirmam que um arquivo pessoal é formado pelo resultado do que seus produtores guardaram. O ato de guardar implica no seu oposto, ou seja, o descarte. De tudo o que foi produzido e que poderia ter sido preservado, alguns documentos permanecem. A manutenção de um arquivo deve então ser pensada no sentido para quem o acumulou. A seleção de documentos, dentre todos os possíveis de serem guardados ou descartados, também propicia o sentido aos mesmos e ao arquivo. Na organização, é importante ter como referencial que o produtor é o centro lógico do arquivo. E, em alguns casos, não apenas ele, mas outros que podem ter participado dessa acumulação.

Por isso cabe a atenção para que não se confundam arquivo e trajetória como reflexos. A acumulação dos documentos pode ser consequência não somente das atividades e experiências do produtor do arquivo, mas também o resultado de suas escolhas (OLIVEIRA, 2008, p. 40) ou da escolha de terceiros sobre o conjunto. Heymann também destaca esse aspecto ao afirmar:

De fato, é necessário que se desnaturalize a identificação entre arquivo pessoal e memória/trajetória individual desde os primórdios da acumulação. Esta pode não se constituir, especialmente no caso de homens públicos, num ato individual, continuamente submetido às avaliações do titular. Por outro lado, nem todos os momentos ou atividades a que o titular se dedicou mereceram igual investimento quanto à seleção e guarda de registros. Quando acumula, o titular o faz em diferentes

situações, muitas vezes contraditórias, de uma forma que não é evidente no momento mesmo da acumulação. (HEYMANN, 1997, p. 46).

Heymann (1997) entende que os arquivos pessoais apresentam uma “ilusão de unidade” e que eles não representam o seu produtor do mesmo modo que os documentos institucionais fazem. Esta ilusão é percebida graças à idealização que é desenhada de arquivo pessoal, sendo o processo de acumulação documental coordenado pelo indivíduo, como um elo entre o titular e seu arquivo que gera sentido orgânico do conjunto.

Para Heymann (1997, p. 43) a produção de documentos não é, assim, o que determina a constituição de um arquivo, mas também, e, sobretudo, a acumulação que deu origem ao conjunto. Em se tratando de arquivos pessoais, há que se entender o motivo da guarda do documento identificando, portanto, a intenção da acumulação. Na fase de acumulação do arquivo, nos detemos na ação do titular, agregando e possivelmente subtraindo elementos ao longo do tempo, assim como na ação de auxiliares, muitas vezes responsáveis por esta atividade. (HEYMANN, 1997, p.45)

Os documentos encontrados em arquivos pessoais, de forma geral, representam as relações e atividades do indivíduo que os acumulou. Representam, também, o processo de acumulação ao longo do tempo. Heymann chama atenção para este aspecto da acumulação, que o titular não produziu necessariamente todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental (1997, p.43).

Conjugada à acumulação, a seleção do que guardar é aspecto importante a ser considerado. Feito ou pelo produtor ou por outros agentes, definir o que se guarda é definir os contornos do arquivo. Assim, o produto documental de uma acumulação pode refletir muito mais do que funções e atividades formais exercidas pelo produtor ao longo da sua vida. Heymann (2009, p. 65), reforça que os arquivos são como “depósito” de valores e representações mais que como simples registros de atividades.

A falta de registros sobre a organização prévia do arquivo por seu titular é comum e um problema para a organização do mesmo. Heymann (1997, p. 45) observa que, quando não há menção às lacunas documentais nem à história da constituição daquele acervo, prováveis atuações de outros agentes, além do titular, não ficam claras. Isto aconteceu com o conjunto documental do Santos Dumont. Não se tinha ideia desta atuação de familiares no acervo até a realização de entrevistas com os mesmos. E esta informação é de total importância para os

arquivistas, inclusive para caracterizarmos adequadamente o conjunto documental o qual receberá tratamento arquivístico (arquivo pessoal ou coleção, por exemplo).

Para que possamos compreender o contexto de produção de um documento de arquivo é necessário conhecer a história da vida do titular do arquivo, ou seja, conhecer sua biografia. Em se tratando de arquivos pessoais, para elucidar a história ou a trajetória do seu produtor, podemos investigar essas informações no próprio arquivo. Para Heymann (1997, p. 72), para entender a configuração do arquivo é preciso investir na história de sua constituição e custódia, na sua trajetória material, na sua “biografia”.

Como já dito, um ponto importante é a possível interferência familiar na custódia do arquivo. Esta pode acontecer, em sua maioria, no caso de arquivos de produtores que venham a falecer e a guarda do arquivo passa a ser da família. No caso de uma interferência como esta, o universo acumulado pode ser reduzido ou até aumentado, influenciado por interesses próprios. Heymann lembra que:

Há inúmeras interferências – do titular e do auxiliar (secretário) na fase de acumulação; dos familiares após a morte do titular que dão novo rearranjo ao arquivo baseado em interesses diversos; da instituição que recebe o material – na constituição dos arquivos pessoais, levando-nos a repensar a pretensa ideia de unidade e neutralidade destes que, em geral, são reforçadas pelos doadores e pelos arquivistas no trato com tais documentos e nos arranjos deles (HEYMANN, 1997, apud TANNO, 2007, p.6).

Percebe-se, portanto, que a documentação pode retratar interferências múltiplas. Um arquivo pessoal pode representar um projeto coletivo, distanciando-se da presunção de que o arquivo é uma expressão fiel de seu titular.

Heymann (2009, p. 51) já aborda a resistência da Arquivologia em se debruçar sobre a dimensão intencional da produção dos arquivos. Pensar em intencionalidade pode parecer contraditório em relação a uma das características dos documentos de arquivo, a naturalidade de sua produção. Mas o maior ou menor nível de intencionalidade pode estar presente em documentos de natureza diversa num arquivo pessoal. E na fase da acumulação e na custódia é que o nível de intencionalidade pode de fato aumentar, como veremos no caso do arquivo de Santos Dumont.

Quando afirmamos haver níveis possíveis de intencionalidade tanto na produção quanto na acumulação de um arquivo pessoal não estamos negando a existência da dimensão de naturalidade em relação aos registros e suas ações originárias. A intencionalidade pode estar

presente na construção do arquivo no tempo e na relação de outras pessoas além do titular que originou a documentação.

O atributo da intencionalidade, dentro dos cânones disciplinares, é bom lembrar, remete antes à constituição de coleções (artificiais e inorgânicas) do que ao processo de produção/acumulação característico dos arquivos, o que explicaria, em certo sentido, também, a dificuldade de incorporar essa dimensão à reflexão arquivística. (HEYMANN, 1997, p.59)

Diante do exposto até então, verificamos que não há regramento no que tange as relações do indivíduo com seus documentos, tanto do ponto de vista da produção quanto da guarda dos mesmos. Por isso, entender a produção e a acumulação em um arquivo pessoal será sempre um desafio para os arquivistas responsáveis por tratar esses acervos nas instituições de guarda. Por outro lado, quase sempre arquivos pessoais são compostos também por documentos que tratam de atividades formais ou pessoais; estes são dotados de organicidade e os documentos produzidos e acumulados estão relacionados pelo seu contexto de produção. A partir da análise minuciosa executada pelo profissional arquivista, dada a aquisição de arquivos pessoais a instituições de guarda, permitirá que o arquivo pessoal seja organizado e preservado como arquivo. Santos (2012) define o arquivo pessoal como conjunto orgânico, e afirma que esse conjunto orgânico deve, portanto, ser tratado a partir de princípios arquivísticos e afirma sua representação da memória coletiva. Sobre a constituição dos arquivos diz:

Os arquivos pessoais, ao representarem uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade. Não se criam com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida, e adquirem valor testemunhal por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural. (SANTOS, 2012, p. 49).

Antes que um arquivo pessoal venha a ser recolhido a uma instituição de guarda, ou seja, institucionalizado, e esteja então disponível como fonte de pesquisa por usuários e acadêmicos, há o ator principal dessa história, o produtor do arquivo, e o trato a seus documentos. Entre o entendimento do produtor sobre seus documentos e o arquivo que é recolhido a uma instituição de custódia, há uma longa trajetória, sujeita a cruzamentos que podem implicar em mudanças do conjunto documental.

2.3 A ENTRADA DO ARQUIVO PESSOAL NAS INSTITUIÇÕES DE GUARDA.

Os arquivos pessoais sempre despertaram o interesse de pesquisadores, independente da sua área de conhecimento. A preocupação dos profissionais arquivistas com esses conjuntos documentais também não é recente, principalmente por causa de suas características específicas, as quais reúnem documentos em suportes e formatos variados com frequência. Por isso, faz-se necessário considerar que o potencial dos arquivos acumulados por indivíduos nem sempre é bem explorado, sobretudo no âmbito das instituições.

De acordo com Oliveira (2013, p. 49), mais e mais instituições de diferentes perfis e missões têm aberto os seus depósitos para a preservação de arquivos pessoais de políticos, escritores, cientistas e também de grupos minoritários. Esses arquivos trocam de ambiente: do pessoal para o institucional, do individual para o coletivo.

Podemos afirmar que quando um arquivo pessoal passa a integrar uma instituição é que ele receberá efetivamente um tratamento à luz da teoria arquivística e terá uma trajetória histórica e simbólica e ficar disponível para leituras e outros usos. Esta trajetória se refere à história que o arquivo tem dentro da instituição desde o início das negociações para a doação até ao papel simbólico que ele exerce naquele local dependendo da dimensão social e política que tem a personalidade em questão.

Partiremos então para uma análise de mais um aspecto importante e que precisa ser considerado na utilização dos arquivos pessoais como fonte para a pesquisa: o trabalho do arquivista e sua intervenção quando da aquisição de arquivos pessoais por um arquivo. Esse processamento técnico arquivístico acaba por realizar uma monumentalização⁴ do arquivo, a qual iniciou-se no momento de sua construção, principalmente em se tratando de arquivos de homens públicos. O arquivista busca entender as origens do arquivo e suas circunstâncias para dar sentido aos documentos; já o pesquisador é quem fará uso dos itens documentais como base para o desenvolvimento de seu material.

De acordo com a bibliografia consultada para desenvolvimento desta dissertação, verificou-se que as modalidades de aquisição de acervos são: compra, doação, permuta empréstimo, recolhimento, comodato e legado. No âmbito desta seção será citada a forma de aquisição de arquivos adotada pelo CENDOC para o Arquivo Pessoal de Santos Dumont: a

⁴ Monumentalização no sentido de uma instituição cuja função é ser a guardião da memória, através da custódia dos seus vestígios, no caso, os documentos considerados passíveis de guarda permanente (LE GOFF, 1996).

doação. Até o presente momento, a doação é a única forma adotada para aquisição de arquivos pessoais no CENDOC, além de analisar a problemática da institucionalização, processo pelo qual os arquivos pessoais saem da esfera de sua constituição e entram na esfera pública, inserindo-se nas instituições de guarda.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o conceito de entrada de documentos é:

1. Ingresso de documentos em arquivo (2), seja por comodato, compra, custódia, doação, depósito (2), doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração (1) ou transferência. *Ver também* registro de entrada de documentos. 2. Ingresso de documentos em arquivo corrente (2) através do protocolo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 85).

O mesmo dicionário define doação como: “entrada de documentos (1) resultante da cessão gratuita e voluntária de propriedade feita por entidade coletiva, pessoa ou família”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72). A Lei 8.159 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), a Lei de Arquivos, na parte destinada aos arquivos privados, categoria na qual se inserem os arquivos pessoais, delimita que estes arquivos podem ser considerados de interesse público e social graças a sua relevância para a sociedade. As valorações são atribuídas pela percepção que os atores envolvidos no processo de aquisição têm desses conjuntos documentais.

É importante ter em mente que a institucionalização, que pode se consolidar por meio da doação de acervos para uma instituição, por exemplo, é um processo que acontece com frequência, por parte dos produtores, ou daqueles que custodiam acervos de seus entes e, nesse processo, nos cabe questionar o objetivo da doação. Embora seja possível listar muitas razões praticáveis para tal, pode-se constatar que o principal motivo é a perpetuação da obra do titular e de sua memória.

Antes de mais nada é importante evidenciar que um arquivo ficará à disposição como fonte de pesquisa depois de passar do domínio privado ao público. Mas para isso é necessário que haja um interesse por parte das instituições de guarda no momento do oferecimento deste material por parte do titular do arquivo ou do responsável pela custódia do acervo. Dispondo, então, a instituição de recursos para realizar processamento técnico adequado aos conjuntos documentais, pode-se sugerir que o incentivo a doações por parte de produtores aconteça, ou ainda a compra de acervos. Conforme Heymann (1997, p. 49), é assim que o capital simbólico do qual esses arquivos são dotados é evidenciado. As instituições de guarda funcionam como um local privilegiado para se avaliar esse capital, pois são as organizações que se voltam para preservação de memória, podendo, portanto, conferir valor histórico aos papéis sob sua guarda.

Verifica-se, logo, a existência de uma valoração do conjunto documento por parte da instituição responsável pela sua guarda, na proporção que ser responsável pela guarda de determinados fundos privados confere prestígio à instituição.

Arquivisticamente falando, cabe ressaltar que ao se institucionalizar um arquivo pessoal, trazendo para a realidade de instituições públicas de pesquisa, este estará aberto à consulta pública e passará a se integrar em possíveis construções de várias memórias sociais. É por meio da institucionalização que a sociedade pode assegurar que os documentos arquivísticos produzidos no âmbito da individualidade tornem-se mecanismos de identificação e de memória de um grupo (OLIVEIRA, 2013, p. 34).

A Lei de Arquivos estabelece, entre os artigos 11 a 15, que os arquivos privados são constituídos por conjuntos documentais produzidos e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas no andamento de suas atividades. Segundo a Lei, esses arquivos podem ser classificados como documentos de interesse público e social pelo Poder Público, em virtude de sua relevância para a cultura, história e ciência. Estabelece ainda, que os arquivos privados não poderão ser “alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior”. De acordo com Silva (2011, p. 36), as discussões sobre uma possível classificação de arquivos privados como de interesse público e social na comunidade arquivística, tem início em 1980.

Verifica-se, porém, que a Lei de Arquivos não referencia os possíveis responsáveis, nas instituições, pelo processo decisório relativo à aquisição de arquivos pessoais. Também não foi possível observar os critérios para tal ação, o que sugere que as instituições têm liberdade para criar e aplicar os seus próprios critérios. Portanto, caberá as instituições, a partir de Políticas de Aquisição de Arquivos Pessoais, definir estas práticas internamente.

Diante do exposto, constata-se que, no caso da aquisição de arquivos pessoais, não há uma determinação previamente estabelecida, não há um regramento, principalmente na principal legislação que ampara os arquivos no Brasil, como no caso do recolhimento de documentos de arquivo público para que estes conjuntos sejam adquiridos e disponibilizados para pesquisas futuras. A intenção de pessoas físicas que seus arquivos sejam recolhidos para as instituições arquivísticas e serviços em instituições com autoridade arquivística vai depender do interesse mútuo de doadores e de instituições.

A aquisição de arquivos pessoais por meio da doação pode ser considerada uma meta para os arquivos públicos ou dos serviços de arquivo de instituições públicas, desde que estas instituições se preparem para assumir a referida responsabilidade, principalmente realizando campanhas e projetos que visem motivar produtores e doadores sobre a intenção de doar. A

doação é apenas uma das modalidades de aquisição de arquivos pessoais, conforme verificado no início desta seção, e se apresenta como uma ação que necessita de formalidades e permite aos arquivos pessoais adequadas preservação e acesso a esses conjuntos documentais pelo público.

Heymann (1997, p. 49) comenta ainda sobre uma possível dispersão do material acumulado pelo titular o que pode acarretar em disputas com outros “herdeiros”. Situações como estas acarretam na separação do fundo, o que pode ser confirmado ao se encontrar parcelas doadas a diferentes instituições. As instituições que receberam as citadas parcelas podem não ser comunicadas de tal dispersão. Quando tomam conhecimento de tal situação, podem não ter interesse em explicitá-la, justamente para não terem que dividir o capital ora adquirido⁵. Esta situação gera a perda irreversível de uma das características mais importantes dos documentos arquivísticos, a organicidade original do conjunto documental, além de permitir que o pesquisador julgue ser, equivocadamente, uma parte o todo arquivístico.

Previamente à intervenção do arquivista, pode haver a intervenção de outros agentes, que concorrem para a construção do arquivo pessoal. Posterior à intervenção do arquivista, há a intervenção do pesquisador, visto que é a partir da documentação disponível nesse conjunto documental que sua manifestação acadêmica será desenvolvida. O processamento técnico arquivístico acaba, portanto, ofuscado pelo próprio arquivo ou ainda próprio titular e seu destaque no meio social. É como se o fazer arquivístico ficasse em segundo plano, não merecesse destaque, justamente por ser um trabalho, digamos silencioso.

Com contornos de produto técnico e objetivo, o processamento técnico consubstanciado nos instrumentos de pesquisa que organizam e descrevem os documentos num arquivo, acaba sendo naturalizado não como um processo que também constrói sentidos para o conjunto documental. Mas o processamento técnico é etapa que necessita ser evidenciada no registro das decisões metodológicas que afetam a organização do arquivo. O arquivista apoia ainda nos possíveis acordos para doação de arquivos pessoais, atua na descrição dos documentos, portanto define os critérios para tal atividade. O arquivista se coloca como mais uma interferência no processamento técnico do arquivo, mesmo cumprindo regramentos previstos, há nessas atividades decisões do profissional, pois a aplicação automática de metodologia nem sempre é possível.

⁵ Esse esclarecimento é fundamental, haja vista que o pesquisador é o maior interessado nesse tipo de informação e será extremamente beneficiado com isso, além de ser uma função social do arquivo. Por isso, é imprescindível que esta informação esteja disponível em instrumento de pesquisa.

(...) não há recenseamento, inventário, trabalho arquivístico, por mais objetivo e repetitivo que ele seja, que não tenha uma parte de subjetivo, de pessoal (...). A escolha, mesmo aquela de um termo de indexação, ou de um fundo entre outros a recolher e organizar, parte evidentemente do arquivista. Mas um trabalho de classificação parece hoje definitivo, de alguma maneira eterno, porque admite-se que ele tenha recusado toda seleção, dado um caráter 'exaustivo' a todo inventário analítico ou sumário, distanciado ao máximo toda implicação pessoal. (KRAKOVITCH, 1994, p. 13 apud HEYMANN, 1997, p. 50)

Para compreendermos a influência do arquivista é importante refletirmos um pouco sobre as cada uma das etapas do trabalho que este profissional executa para a organização de um arquivo pessoal. Primeiramente, alguns critérios são definidos, sendo estes norteadores para montagem de dossiês nos conjuntos documentais que serão descritos enquanto unidade documental (Heymann, 1997, p. 50).

Os arquivos pessoais costumam ser recolhidos às instituições de guarda sem qualquer organização e com lacunas. Os arquivistas se colocam diante de algumas questões que vão desde os aspectos metodológicos até os usos dos conjuntos documentais como fonte de pesquisa.

Nos arquivos pessoais é comum que um documento trate de vários assuntos simultaneamente, combinando as várias esferas de atuação do titular do arquivo. Caso o arquivista opte por um arranjo temático, será comum verificar um aspecto sendo eleito em detrimento de outro. Sabe-se que não há como organizar um arquivo sem estabelecer critérios, sendo estes sempre subjetivos. E esses critérios é que ordenarão e permitirão acesso aos documentos, e estes acarretam em exclusões e destaques também.

A rotina que orienta o trabalho do arquivista permite que o conjunto documental se torne acessível física e logicamente, mas ao mesmo tempo pode trazer à tona exclusões. As atividades de arranjo e descrição são uma espécie de seleção intelectual e, como já tratado anteriormente, marcada por decisões a partir da aplicação de modelos de arranjo ou descrição. Por isso torna-se fundamental a prática de registro de decisões tomadas em relação à pesquisa, identificação, arranjo e descrição dos arquivos, permitindo que os usuários acessem a documentação informados dos processos a que estiveram submetidos até estarem acessíveis como fonte para pesquisa.

No caso em questão, o arquivo de Santos Dumont, acreditamos que nosso investimento nesta pesquisa – que busca trazer informações de contexto de produção do núcleo originalmente produzido pelo próprio titular, acrescido de novas integrações de documentos por familiares –

trará, como fruto, um instrumento de descrição da história arquivística do arquivo que contribuirá para conferir mais qualidade aos já existentes instrumentos de descrição do arquivo.

3. O ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT E SUAS HISTÓRIAS

Neste capítulo, apresentamos o objeto empírico da dissertação, o acervo Santos Dumont, que está sob a guarda do Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), Organização Militar (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB). De acordo com Millar (2015, p. 155 - 156), nós arquivistas devemos explicar o que realmente possuímos, para justamente esclarecer essa posse de conjuntos documentais, ou seja, há que se explicar a história temporal e espacial do fundo e deixar os usuários criarem as conexões e estabelecer suas próprias definições de "totalidade". Ou seja, os arquivistas necessariamente devem esclarecer questões acerca do produtor do arquivo, como e por que foram produzidos e acumulados e finalmente tratar da transferência de custódia deste arquivo para uma instituição arquivística, e o subsequente cuidado a esses documentos.

Portanto, cabe ao arquivista apresentar ao pesquisador tudo que envolve o acervo a ser consultado: explanações sobre a trajetória de vida do produtor, sobre a reunião desses documentos por parte do produtor, possíveis intervenções por outros agentes, além do destino final do acervo a uma instituição de guarda, explicando como e em que termos se deram a doação e o processamento arquivístico para garantia do acesso.

O arquivista deve contar a história do conjunto documental, explicando não só como os documentos foram produzidos, mas também por quais custodiadores estiveram passando pelo período de negociações para doação, por exemplo. No caso em questão, iniciaremos apresentando a trajetória de vida, pessoal e profissional, do produtor inicial Santos Dumont, as interferências no âmbito familiar depois de sua morte e a transferência de custódia e de propriedade dos documentos da família do produtor para o CENDOC. Busca-se elaborar um relato explicativo.

Apesar de o acervo já estar tratado, para entender os passos dados para a efetivação da doação, e após a doação, houve a necessidade de entrevistar, não só um dos familiares de Santos Dumont, o Sr. Alberto Dodsworth Wanderley, filho do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, participante ativo da constituição do acervo, e outros militares. Nesse sentido é importante manter um bom relacionamento com os doadores para que este contato permanente não se perca, haja vista a necessidade de sanar dúvidas ou esclarecer algum pesquisador, por exemplo. Esta é, necessariamente, uma tarefa de instituições de guarda. Com base no processo de organização do Acervo Santos Dumont, percebe-se a importância de as instituições recolherem informações para a realização de um cadastro dos doares, na ocasião da doação.

A entrevista foi realizada com base num questionário de perguntas intitulado “*Roteiro de entrevista com titular ou doador, sobre contexto de produção e guarda de arquivo pessoal*” que faz parte, como anexo, do Manual de Organização e Descrição de Arquivos Pessoais da Casa de Oswaldo Cruz (2015). A entrevista foi realizada visando entender a formação e a custódia do acervo Santos Dumont. Segue o roteiro com as perguntas que compuseram o questionário. As respostas da referida entrevista apresentar-se-ão no apêndice A desta dissertação:

A- Perguntas sobre o Acervo de Santos Dumont.

- a) O que motivou a doação do fundo e quem tomou a iniciativa de doá-lo?;
- b) Quem tomou a iniciativa de guardar os registros – o próprio titular ou outra pessoa?;
- c) Foi o próprio Santos Dumont o produtor do conjunto ou outra pessoa atuou na composição do arquivo?;
- d) Você saberia informar se houve alguma eliminação de documentos? Se houve, que critérios orientaram a eliminação?;
- e) Têm-se notícias da incorporação, ao arquivo, de conjuntos documentais ou itens provenientes de outras pessoas, como membros da família, colaboradores ou parceiros de trabalho?;
- f) Houve alguma transferência de custódia do conjunto documental ao longo do tempo?;
- g) Houve alguma dispersão, intervenção ou sinistro relacionados ao conjunto?;
- h) Há parcelas do arquivo sob outras custódias? (em outras instituições ou com outras pessoas, por exemplo);
- i) Qual o valor atribuído ao arquivo pelos familiares? Por que é importante preservá-lo?;
- j) Por que o Centro de Documentação da Aeronáutica foi o escolhida pela família para a doação?;
- l) Tem algum documento que tem especial significado para a família e que gostaria de destacar?.

As perguntas são importantes para que se possa traçar um quadro geral de Santos Dumont, relacionando sua personalidade aos eventos de sua vida e a sua própria trajetória profissional. As perguntas visavam, ainda, obter uma percepção do processo de constituição e manutenção do acervo Santos Dumont, pelo produtor e outros agentes no decorrer de sua vida, até a doação. A vista disso, podemos observar as características do acervo ora doado ao CENDOC.

O questionário, enviado ao Sr. Alberto Dodsworth no dia 08 de julho de 2017, por email, sobre o que hoje se entende como o Arquivo Pessoal de Santos Dumont objetiva esclarecer a constituição e manutenção do acervo, pelos produtores, visto a interferência de agentes no âmbito familiar, até a doação.

As respostas ao questionário basearam as análises nesta pesquisa, principalmente para entender a história arquivística. Essa é uma etapa a ser cumprida antes de se iniciar o processamento técnico de qualquer acervo. Nesse caso, as respostas aos questionamentos apresentados demonstraram a necessidade de identificar mais informações sobre o acervo. A autora desta dissertação imaginava que tinha total conhecimento sobre o acervo e sua história, porém percebeu que muito pouco sabia sobre tudo isso.

O Sr. Alberto Dodsworth sugeriu acessar as entrevistas realizadas com a família pelo Jornal O Estadão, em maio de 2015, as quais fizeram parte de um material sobre a vida de Santos Dumont. Conforme demonstra Abellás (2012, p. 75) deve-se considerar a importância das pesquisas sobre o produtor do arquivo e sua trajetória de vida, como caminho para a construção de uma organização arquivística que respeita ao mesmo tempo os princípios arquivísticos e a história (profissional e particular) do produtor.

As informações relativas à trajetória pessoal e profissional do titular foram retiradas das seguintes fontes: a biografia elaborada pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, baseada nos documentos que compõe o acervo, a biografia elaborada pelo CENDOC e trechos retirados do Livro Brasileiros voadores: 300 anos pelos céus do mundo, escrito por Laurete Godoy e Jorge Henrique Dumont Dodsworth, sobrinho de Santos Dumont. Evitou-se retirar informações de sítios de internet, justamente pela dificuldade na confirmação dos dados que seriam coletados.

Estudar e analisar a história do produtor de um arquivo constitui-se atividade fundamental para a organização de seu acervo, inclusive sendo essa a principal atividade para realizar a referida organização. Apenas quando se busca compreender a história do produtor, é

possível destacar a relevância do acervo. É através do estudo da vida do produtor do arquivo e do estudo e leitura dos documentos, as fontes primárias, que se consegue estabelecer as relações entre os documentos, relações estas, orgânicas, o que ficará claramente descrito no quadro de arranjo, e então organizar a documentação.

Conforme proposto por Millar (2015, p. 157), é necessário redefinirmos a proveniência para englobar três componentes: a história do produtor, a história dos arquivos e a história arquivística.

a história do produtor, a história de quem produziu, acumulou e utilizou os documentos ao longo do tempo. Essa história deve focar o produtor, e não os documentos. A ênfase deve ser colocada em "quem", e não em "o que". (MILLAR, 2015, p. 157).

Alguns detalhes sobre suas características e vida pessoal, importantes para se traçar o perfil da pessoa Santos Dumont, foram coletados com seu sobrinho neto, Sr. Jorge Henrique, durante entrevista realizada para o Jornal Estadão, e com seu sobrinho bisneto, Sr. Alberto Dodsworth. Com esses dados, foi possível relacionar sua personalidade e os acontecimentos de sua vida com sua própria trajetória profissional. Já as perguntas sobre o acervo objetivavam buscar um entendimento do processo de formação e manutenção do mesmo, pelo produtor e outros agentes no decorrer de sua vida, até a doação. Só assim para compreendermos as características do material de que dispomos

Antes de tudo, convém recordar brevemente alguns aspectos da vida do titular, que podem ajudar a entender seus objetivos quando da construção de seu acervo pessoal. A construção de um fundo pessoal não pode, efetivamente, ser desconectada dos objetivos que seu titular tinha para ele, o que nos obriga a compreender melhor a sua própria biografia. (BERTONHA, 2007, p. 114)

A seguir pretende-se apresentar informações sobre a trajetória de Santos Dumont na sociedade em que vivia e como este buscou apresentar seus feitos por intermédio de documentos reunidos.

3.1 SANTOS DUMONT: NOTAS BIOGRÁFICAS

As informações relativas à trajetória pessoal e profissional do titular foram retiradas das seguintes fontes: a biografia elaborada pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, baseada nos documentos que compõe o acervo, a biografia elaborada pelo CENDOC e trechos retirados do Livro *Brasileiros voadores: 300 anos pelos céus do mundo*, escrito por Laurete Godoy e Jorge Henrique Dumont Dodsworth, sobrinho de Santos Dumont. Foram realizadas, ainda, entrevista com o filho do Brigadeiro Lavenère, Senhor Alberto Dodsworth Wanderley, o qual mantém contato constante com o CENDOC e que recebe todas as informações relativas ao acervo. Evitou-se retirar informações de sítios de internet, justamente pela dificuldade na confirmação dos dados que seriam coletados.

Estudar e analisar a história do produtor de um arquivo constitui-se atividade fundamental para a organização de seu acervo, inclusive sendo esta a principal atividade para realizar a referida organização. Apenas quando se busca compreender a história do produtor, é possível destacar a relevância do acervo. É através do estudo da vida do produtor do arquivo e do estudo e leitura dos documentos, as fontes primárias, que se consegue estabelecer as relações entre os documentos, relações estas, orgânicas, o que ficará claramente descrito no quadro de arranjo, e então organizar a documentação. Conforme observado por Millar (2015, p. 157), um dos pontos a ser tratado para redefinir a proveniência do fundo é conhecer a história do produtor.

a **história do produtor**, a história de quem produziu, acumulou e utilizou os documentos ao longo do tempo. Essa história deve focar o produtor, e não os documentos. A ênfase deve ser colocada em "quem", e não em "o que". (MILLAR, 2015, p. 157).

Alguns detalhes sobre suas características e vida pessoal, importantes para se traçar o perfil da pessoa Santos Dumont, foram coletados com seu sobrinho neto, Sr. Jorge Henrique, em entrevista realizada para o Jornal Estadão, e com seu sobrinho bisneto, Sr. Alberto Dodsworth. Com esses dados, foi possível relacionar sua personalidade e os acontecimentos de sua vida com sua própria trajetória profissional. Já as perguntas sobre o acervo objetivam buscar um entendimento do processo de formação e manutenção do mesmo, pelo produtor e outros agentes no decorrer de sua vida, até a doação. Só assim para compreendermos as características do material de que dispomos.

Antes de tudo, convém recordar brevemente alguns aspectos da vida do titular, que podem nos ajudar a entender seus objetivos quando da construção de seu acervo pessoal. A construção de um fundo pessoal não pode, efetivamente, ser desconectada dos objetivos que seu titular tinha para ele, o que nos obriga a compreender melhor a sua própria biografia. (BERTONHA, 2007, p. 114)

Em 20 de Julho de 1873 nascia, em Palmira, Alberto Santos Dumont, 41 anos após o nascimento de seu pai, Henrique Dumont, o sexto de seus oito filhos, futuro inventor aeronauta brasileiro. Pioneiro no uso do relógio de pulso, criador do aeromodelismo e do avião com motor dirigível (AEROESPAÇO 48, p. 24).

Iniciou a navegação aérea com veículos mais pesados que o ar, ao realizar o primeiro voo público com um avião capaz de decolar, voar, retornar e pousar com seus próprios meios, sem o auxílio de equipamentos ou dispositivos externos e, por isso mesmo, denominado de o pai da aviação. A partir das muitas e modernas máquinas utilizadas nos trabalhos com os cafezais desenvolveram sua habilidade para a mecânica.

Aos 6 anos, Santos Dumont mudou-se com a família para São Paulo, onde seu pai, apelidado de “rei do café” pela imprensa, comprou uma propriedade tão extensa que foi possível construir nela uma estrada de ferro com 96 quilômetros de extensão. Nessa época, Santos Dumont tinha como passatempo predileto dirigir as enormes locomotivas, além de consertar todo o maquinário usado na produção do café (GUEDES JR, 2018).

Conforme Godoy e Dodsworth (2015, p. 102) Santos Dumont gostava de observar o voo dos pássaros por longos períodos, atento a todos os movimentos que faziam. Alberto também tinha o costume de fabricar e soltar papagaios de papel de seda, balões e pequenos objetos de bambu. Com esses pequenos brinquedos ele fez suas primeiras experiências e estes mesmos materiais seriam por ele utilizados em seus futuros inventos.

Finda a instrução elementar, Santos Dumont estudou em Campinas, no Colégio Culto à Ciência e, mais tarde, em estabelecimentos de ensino de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Ouro Preto. Ao completar seus 18 anos, Santos Dumont vivenciara o acidente de pai, que sofrera uma queda de cavalo e acabou hemiplégico aos 60 anos. Sem chances de cura no Brasil, o Sr. Henrique Dumont vendeu os negócios da família e partiu para a Europa com a esposa e o jovem Alberto.

Já na Europa, segundo Godoy e Dodsworth (2015, pg. 106), Santos Dumont conheceu os motores de combustão interna, alimentado a petróleo. Em visita à fábrica da Peugeot, comprou um dos dois únicos automóveis produzidos pela marca naquele ano de 1891. Poucos meses depois, após seu pai perceber que a medicina europeia não lhe restauraria a saúde, voltou com a família para o Brasil, trazendo a bordo do navio o veículo de apenas 3,5 cv (capaz de atingir 16 quilômetros por hora). Ao dirigir a novidade nas ruas de São Paulo, Santos Dumont ficou conhecido como a primeira pessoa a circular de automóvel em toda a América do Sul.

Santos Dumont formou-se na Universidade do Rio de Janeiro e foi mandado pelo pai, para Paris, estudar física, química, mecânica e eletricidade (1891), cidade em que havia se adaptado muito bem. Chegou à Cidade Luz no verão de 1892 e recorreu a um professor particular, que desenvolveu um intenso programa de estudos englobando física, química, engenharia mecânica e elétrica. Ocasionalmente, visitava os primos na Inglaterra, onde aproveitava para assistir às aulas na Universidade de Bristol. Seu pai veio a falecer em agosto do mesmo ano.

Ainda em Paris, o inventor se especializou em aeronáutica, após realizar sua primeira experiência com balões (1897). Esta experiência foi realizada com Alexis Machuron, sobrinho de Henri Lachambre⁶, e sócio da firma Lachambre & Machuron. Nesta viagem, Santos Dumont era apenas passageiro.

Após este vôo, decidiu possuir um balão só seu, que fosse pequeno e leve. Introduziu modificações técnicas para dar maior estabilidade, alterou-lhe o centro de gravidade do balão, mediante o alongamento das cordas de suspensão da barquinha destinada ao tripulante, e utilizou pela primeira vez a seda japonesa, tornando-o mais leve e permitindo suportar maior tensão.

Somente após cinco anos como “cidadão francês”, o brasileiro iniciou suas experiências com balões. Naquela época, a aeronáutica funcionava como um clube de cavalheiros, e Santos Dumont foi imediatamente aceito por sua origem abastada. Em pouco tempo, seus inventos ganharam espaço na imprensa local e internacional. Foi talvez o homem mais prestigiado e um dos mais noticiados em todo o mundo no início do século 20 (GUEDES JR, 2018).

Assim construiu um balão em forma de charuto e com um volume abaixo da média, media aproximadamente 20,2 m de comprimento por 3,5 m de diâmetro e volume de 180 m³, propulsionado por um motor a gasolina de 4,5 HP e deu-lhe o nome de *Brasil*, o primeiro de uma série de balões por ele construídos, pilotado pela primeira vez em 4 de julho de 1898, no Jardim da Aclimação, em Paris, demonstrando a dirigibilidade dos balões.

Após o *Brasil*, ele construiu mais dois balões esféricos: o *América*, em 1899, e o *Duas Américas*, em 1906. Com eles, chegou a participar de competições entre aeronautas. Após o primeiro dirigível, Santos Dumont continuou a investir em seus inventos.

⁶ Henri Lachambre (30 de dezembro de 1846 - 12 de janeiro de 1904) foi um fabricante francês de balões. A sua fábrica situava-se no subúrbio parisiense de Vaugirard. Participou, também, de diversos voos em balão. Construiu balões para Alberto Santos Dumont, de 1898 a 1904. Fonte: Centro Cultural 14 Bis.

Cada um dos balões era diferenciado à medida que eram introduzidas inovações. No número 2 colocou maior potência no motor. Este tinha dimensões semelhantes ao do anterior, porém comportava mais hidrogênio. No de número 3 empregou pela primeira vez o gás de iluminação em lugar do hidrogênio, mais caro, e o aparelho tinha um formato diferente, mais afilado nas pontas e, para abrigá-lo, construiu um hangar especial, o primeiro do mundo. Menor no comprimento, maior no diâmetro.

Animado com a bem-sucedida experiência com seu balão de número 3, pensou que deveria ter um espaço para guardar seus balões inflados, sem a necessidade de esvaziá-los após cada ascensão. Obteve autorização e ergue, em Saint-Cloud, no terreno do Aero Club, uma edificação com 30 metros de comprimento, 11 metros de altura e 7 metros de largura.

Essa garagem aérea, como ele costumava chamar, transformou-se em concorrido hangar. Era o lugar de criação de Santos Dumont e um ponto de encontro de amigos e admiradores. Ao hangar, anexou uma oficina mecânica, um depósito e contratou profissionais especializados. Convenientemente instalado, Santos Dumont passou a construir seus próprios aparelhos.

Um Congresso Internacional de Aeronáutica, promovido pelo Aero Club da França, integrou a programação da Exposição Universal de Paris. Diante de notáveis do mundo científico, Santos Dumont apresentou-se com um dirigível, o número 4, semi-rígido, com o propulsor na proa, mais estreito e mais longo que os anteriores, em que a nacela fora substituída por um complexo mecanismo composto, entre outras peças, de cordas, pedais, motor, rodas e um selim de bicicleta. Santos Dumont sentou-se para pilotar o aparelho que cubava 420 metros cúbicos de hidrogênio e possuía um motor de 7 HP.

Após várias ascensões com o número 4 e um recolhimento por motivos de saúde, Santos Dumont decidiu investir em um novo invento. Criou o número 5, apresentando como novidade um motor de 16 HP, ao qual se adaptava uma formação triangular de pinho, com 41 kg e fabricada pelo próprio aeronauta.

Tendo sucesso nos testes preliminares com o número 5, em 1901, Santos Dumont levou o invento para o hipódromo de Longchamps, área extensa, livre de obstáculos e construções, o que favorecia experiências aeronáuticas.

Ele sobrevoou o hipódromo em círculos, percorrendo 35 quilômetros aproximadamente. O invento desenvolveu velocidade satisfatória e submeteu-se com facilidade às manobras. A seguir, Santos Dumont voou em outra direção e seguiu para a Torre Eiffel, mas, ao romper-se o cabo que ligava a roda de governo ao leme, rapidamente ele pousou nos Jardins de Trocadéro. Efetuado o conserto, subiu novamente, circundou a Torre Eiffel e voltou a Longchamps.

Sentindo-se apto a disputar o Prêmio Deutsch, Santos Dumont solicitou a presença da comissão do Aero Club para o dia seguinte. De início, foi bem-sucedido. Porém, graças a um problema no motor, o balão desgovernou-se e na queda, Santos Dumont ficara preso em uma árvore, no parque da residência do Barão Edmond de Rothschild. Santos Dumont encarava os acidentes sofridos com tranquilidade. Em agosto de 1901, a comissão científica do Aero Club estava novamente a postos em Saint Cloud. Apesar da subida perfeita, um defeito provocou a deformação no balão. O balão chocou-se com um prédio de Paris e o cientista ficou pendurado a vinte metros de altura, mas saiu ileso.

Com dirigível Brasil nº 6, que custou cerca de 30 mil dólares, contornou a torre Eiffel (1901) e voltou ao ponto de partida (o campo de aerostação de Saint-Cloud) em menos de meia hora, e pelo feito conquistou em Paris o Prêmio Deutsch de la Meurthe (cerca de 125 mil francos). Dividiu o prêmio entre mecânicos e operários que trabalhavam em seu hangar.

Com o mesmo dirigível tentou atravessar o Mediterrâneo (1902), mas caiu no mar, sofrendo seu segundo sério acidente. Em seguida esteve no Brasil (1903) onde foi tratado como herói nacional e, logo depois, voltou a Paris para continuar construindo balões. Três anos depois (12 de outubro de 1906), em Bagatelle, Paris, realizou o primeiro vôo mecânico do mundo, voando a dois metros do chão por cerca de sessenta metros. Também em 1906, Santos Dumont conquistou o Diploma Olímpico de Mérito, sendo o primeiro homem brasileiro e o terceiro no mundo a receber tal prêmio.

Um mês após (12 de novembro de 1906), voou em Paris a seis metros do chão ao longo de 220 metros com o 14-Bis, avião que inventou e construiu. Com este feito ganhou a Taça Archdeacom, instituída para o primeiro aeroplano que com seus próprios meios se elevasse a mais de 25 m, e o prêmio do Aeroclube da França, para o primeiro avião que fizesse um percurso de cem metros. Esse primeiro voo foi colocado em dúvida por alguns, que consideraram apenas um salto. Mas Santos Dumont declarou que voara e não ficou mais tempo no ar porque perdeu o controle de direção da máquina.

Após o 14-bis, Santos Dumont criou o chamado hydro-glisseur (1907), com deslizador aquático, e que foi o precursor do hidroavião. Ainda aperfeiçoou o aparelho Demoiselle ou Libellule (1907-1909), uma espécie de modelo de ultraleve com hélice frontal, feito com bambu e seda que, com o piloto, pesava pouco mais de 100kg, e com um motor de 30 HP. Nele o cientista viveu seu último vôo como piloto e atingiu uma velocidade média de 96 quilômetros por hora (1909). Com a saúde debilitada e vendo seu invento ser cada vez mais utilizado como instrumento bélico, começou a ter progressivas crises de depressão, agravadas a partir da Primeira Guerra Mundial.

De volta ao Brasil (1931), passou a residir em uma pequena casa por ele projetada, a Encantada, em Petrópolis, RJ, que hoje é o Museu Santos Dumont. Autor de várias invenções no domínio da mecânica, além das relacionadas com a aeronáutica, e de três livros: A conquista do ar (1901), os meus balões (1904) e o que eu vi, o que nós veremos (1918), foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (1931), mas seu estado de saúde o obrigou a declinar da honraria.

Conta-se que ao saber do emprego de aviões na revolução constitucionalista (1932), foi tomado de forte depressão, terminando por praticar o próprio suicídio em um hotel, enforcando-se com uma gravata, em Guarujá, SP (23 de julho de 1932). Postumamente recebeu o título de marechal-do-ar e, por decreto, foi proclamado patrono da Força Aérea Brasileira (1971).

3.2. O ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT E AS ETAPAS DE SUA CONSTITUIÇÃO.

Determinadas indagações, um tanto raras, poderiam revelar as arbitrariedades e vicissitudes a que estão submetidos os conjuntos documentais quando de sua constituição. Entre elas poderíamos destacar: a questão de saber quem efetivamente *construiu* determinado arquivo e que peso relativo tiveram o titular e seus auxiliares no estabelecimento de critérios norteadores do processo de acumulação; quais os "acidentes de percurso" que podem ter atuado na delimitação do arquivo na sua forma final (intempéries, perdas ocasionadas em mudanças, relativa ênfase ou distração no ato de acumular em diferentes momentos); e por que tipo de triagem os documentos passaram antes de sair das mãos de seus titulares ou herdeiros e passar para a esfera pública. (HEYMANN, 1997, p. 46)

Neste artigo, Heymann destaca a necessidade de não se perder a ligação entre titular, arquivo e o processo de acumulação. Segundo a autora, seria esta a única perspectiva capaz de conferir sentido aos registros documentais preservados por um indivíduo (1997, p. 44). Uma associação simples e naturalizada entre o titular e seu arquivo pode ocasionar em equívocos, por exemplo, quando imaginarmos o arquivo pessoal como um espelho da trajetória do titular. Era o que eu basicamente fazia, inebriada pelo encantamento com o titular e seu conjunto documental. Para mim, a equivalência entre trajetória do titular e seu arquivo pessoal estavam nítidos, até a realização da entrevista com um dos familiares de Santos Dumont.

O segundo equívoco possível refere-se a imaginarmos que o arquivo pessoal nada mais é do que a "memória", em estado bruto, do seu titular. E seria esta em estado bruto porque esta memória é resultado de uma seleção feita exclusivamente por ele mesmo. Era exatamente este o entendimento sobre o que hoje se conhece como o arquivo pessoal de Santos Dumont. Entendia-se que toda a reunião de documentos, que resultou neste conjunto documental que

conhecemos e que está acessível a pesquisadores hoje no CENDOC, havia sido realizada pelo próprio Santos Dumont, porém, como veremos a seguir, a interferência familiar ocorreu.

Ao realizar a leitura do artigo intitulado *Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller*, foi possível perceber que era necessário perder um pouco daquele encantamento e do fascínio que o contato direto com o conjunto documental proporciona para que se pudesse enxergar além dele (1997, pg. 41). Mesmo tendo a percepção de que houve a interferência familiar, não só o fascínio por Santos Dumont, mas provavelmente pela imponência que seu nome dá ao acervo, não foram suficientes para se questionar, de imediato, a constituição do conjunto documental.

A questão que se impôs foi: esse acervo decorre de uma acumulação pura e simples do inventor, passando pelo recolhimento familiar até a definitiva doação, para uma instituição? Este questionamento fez-se necessário para atingir melhores resultados no processamento arquivístico. Para entender essa acumulação deve-se problematizar a história arquivística.

Nessa seção, pretende-se explicar como o que hoje conhecemos como o arquivo pessoal de Santos Dumont fora idealizado e organizado. Trataremos, portanto, da produção, acumulação e custódia desse conjunto documental. Mas, mais especificamente da acumulação, pois foi isto que deu origem ao conjunto documental de Santos Dumont. Ao tratarmos com maior ênfase da acumulação, vamos perceber que o nos fora apresentado como arquivo pessoal, não necessariamente possui apenas documentos produzidos, reunidos e retidos pelo titular. De acordo com Millar

A história dos arquivos, talvez mais precisamente denominada de proveniência, seria a história dos próprios documentos: como foram criados e utilizados; quem tinha a sua posse e quando; para onde foram deslocados e por que; se algum documento foi perdido e ou transferido, aprimorado e alterado, incluindo o motivo, e o tempo em que foram recolhidos à custódia. (MILLAR, 2015, p. 157)

A autora citada acima propõe que seja revista a definição de proveniência, englobando três componentes relacionados, dentre eles, a história dos arquivos, que representa a trajetória física dos documentos, ou ainda, o movimento dos documentos ao longo tempo. Os outros componentes seriam a história do produtor, ou seja, a história de quem produziu o arquivo e a história arquivística, a transferência de propriedade ou custódia dos arquivos do produtor ou custodiador.

Se analisarmos a definição de história arquivística na NOBRADE⁷, veremos que o que Millar considera como a revisão da definição de proveniência já está ali. Acompanhando o proposto pela NOBRADE, nas subseções a seguir, faremos a identificação da natureza da acumulação do conjunto documental, as duas transferências, de propriedade e de custódia, ocorridas: recolhimento pelos familiares e doação ao CENDOC, as intervenções técnicas ao longo do tempo, realizadas pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley (no arquivo, com classificação e seleção) e pelo MAST (intervenção para salvaguarda do acervo), além das dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição.

3.2.1 Santos Dumont dá início a coleta de registros sobre sua atuação.

Durante o período em que esteve na França, mais precisamente nos anos de 1898 a 1904, Santos Dumont contratou os serviços de empresas especializadas em reunir matérias de jornais, especializadas em *clipping*⁸. As empresas contratadas estavam sediadas em três países: França, Estados e Inglaterra. Qualquer artigo, ilustração ou notícias de jornais de Paris, Nova Iorque e Londres sobre assuntos aeronáuticos ou sobre a vida particular dele eram coletados e enviados ao brasileiro. Eram-lhe enviadas, principalmente pelo *Courrier de La Presse*.

Um exemplo de fatia pouco apreciada no conjunto de documentos acumulados por pessoas físicas é o dos chamados recortes. A rubrica compreende notícias e outras matérias que, uma vez destacadas dos periódicos em que foram publicadas, passam a formar séries dotadas de funcionalidade diversa: a própria colaboração do titular como articulista ou a apreciação crítica de sua obra, caso em que os documentos são invariavelmente preservados; a cobertura sistemática de eventos de que participou ou que julgou relevantes; e os diferentes assuntos pelos quais manifestou interesse, por dever de ofício ou gosto. Tal seja o volume desses recortes (sobretudo quando produto de contratos com empresas de *clipping*, que rastreiam na imprensa, por longos períodos, um sem-número de eventos, referências e manifestações de opinião), as instituições tendem a recusar sua incorporação ao acervo, sob a alegação de que as informações neles contidas continuam acessíveis nas coleções de periódicos existentes em outros lugares. O argumento é sintomático da abordagem que, focada exclusivamente na informação (que de fato se repete, idêntica, nos diferentes exemplares de um impresso), deixa de levar em conta as marcas funcionais que lhe são incorporadas pelo contexto de uso e que são necessariamente distintas, conforme a entidade produtora. (CAMARGO, 2012, p. 29-30)

⁷ Seu objetivo é oferecer informações referenciais sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia. Como regras fundamentais, há que se identificar a natureza da acumulação do acervo e registrar sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição.

⁸ *Clipping* é o processo contínuo de monitoramento, análise e arquivamento de menções feitas na mídia a uma determinada marca, como empresa ou celebridade. E pode se estender também a verbetes, como nomes e expressões utilizados numa campanha de comunicação.

A citação de Camargo trata de recortes de jornal que normalmente são desconsiderados pelas instituições que receberão um arquivo pessoal, antes da efetivação da doação. No conjunto documental Santos Dumont não aconteceu isso, inclusive porque estes documentos são os que literalmente foram reunidos por Santos Dumont, por ele selecionados e foi a partir destes recortes que seu acervo foi iniciado.

Imagina-se que, assim como recortes de jornais, diversos documentos foram reunidos. Dessa forma, não só os jornais, mas ainda algumas outras espécies documentais, e Santos Dumont trouxe a referida documentação para o Brasil, mais precisamente para sua residência em Petrópolis, a Encantada.

Este conjunto documental reunido por Santos Dumont permaneceu lá, em Petrópolis, até o seu falecimento, em 1932. Ao eclodir a Revolução Constitucionalista no referido ano, parte da família do inventor recebeu uma invasão e extravio dos pertences pessoais que se encontravam na casa de Petrópolis, pois ela ficava desguarnecida de segurança. O Sr. Jorge Toledo Dodsworth, casado com a sobrinha de Santos Dumont, Sophia Dumont, e pai de Sophia Helena, preocupado, trouxe os referidos pertences, e dentre eles, um baú de vime fechado com os “papéis” de Santos Dumont, que foi depositado no porão da sua residência no Flamengo – RJ, e lá permaneceu por mais de 30 anos.

Jorge e Sophia cumpriram sem demora a missão dada por Arnaldo, sobrinho e inventariante de Santos-Dumont. Foram até a Encantada e juntaram o que puderam. Tomaram cuidado especialmente com fotos e artigos de jornal que mostravam as façanhas do brasileiro de maior projeção internacional na época. Muitos documentos haviam cruzado o Oceano Atlântico com o inventor, quando ele se mudou de volta da França para o Brasil. Para o transporte até o Rio, encheram um cesto de vime e algumas malas-armário, populares antigamente em viagens de navio. (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão, 2015)

Com o falecimento do Dr. Jorge Toledo Dodsworth, sua viúva, a Sra. Sophia Dumont, sobrinha de Santos Dumont, resolveu desfazer-se da residência. Nesta ocasião, em 1969, o baú foi reencontrado e deixado sob a guarda do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, casado com a filha do Sr. Jorge Toledo, Sra. Sophia Helena.

Importante destacar que Santos Dumont não havia feito qualquer registro do que havia acumulado. Sabe-se apenas da solicitação dos *clippings* por parte do inventor. E ainda que, nos cestos de vime, o Brigadeiro encontrou não só artigos de jornais, mas ainda fotografias e outros

documentos. Mas o marido de Sophia, ao coletar os cestos de vime, não fez qualquer registro qualitativo ou quantitativo do que ali havia.

3.2.2 Entra em cena o tenente brigadeiro do ar Lavenère Wanderley

Após um contato telefônico entre os sobrinhos de Santos Dumont, Jorge Dumont e Arnaldo Dumont, Jorge cumpriu sem demora a missão dada por Arnaldo, sobrinho e inventariante de Santos Dumont: Foi até a Encantada, com sua esposa Sophia, e juntaram o que puderam, com medo do que poderia acontecer, visto a eclosão da Revolução Constitucionalista. Ao verificarem que havia fotos e recortes de jornal que mostravam as façanhas do brasileiro, tomaram cuidado com os referidos documentos. Muitos documentos haviam cruzado o Oceano Atlântico com o inventor, quando ele se mudou de volta da França para o Brasil. Para o transporte até o Rio, encheram um cesto de vime e algumas malas-armário, populares antigamente em viagens de navio. (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão, 2015)

Ao chegarem ao casarão na Praia do Flamengo, Jorge mandou pôr as malas no porão e deu ordens para que ninguém tocasse nelas. A determinação foi cumprida à risca. Por quase quatro décadas, nem as grandes ressacas do Flamengo, nas quais a água do mar chegava até o sobrado, fizeram alguém mexer nos documentos de Santos-Dumont.

Em julho de 1970 e em março de 1971, mais documentos de Santos Dumont foram encontrados no porão do Flamengo – respectivamente, uma valise com recortes e fotos e outra mala cheia de pedaços de jornais, imagens, livros, revistas e objetos. O cesto de vime se desfez e não pôde ser conservado. (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão, 2015)

A família não diz com exatidão o que foi trazido por Santos Dumont em seu retorno ao Brasil, em termos quantitativos. Sabe-se apenas da inclusão de documentos, conforme o próprio Sr. Alberto Dodsworth relatou na entrevista, a qual pode ser acessada na íntegra, no apêndice A desta dissertação. Mais sobre a referida interferência de agentes familiares será tratado na próxima subseção.

Após o falecimento do meu avô, minha avó começou a desmontar a casa. Pediu então a meu pai que fosse ao porão ver um cesto de vime que continha, segundo ela, uma série de papéis antigos. Era para ele ver o que prestava e jogar fora o que não prestasse. Quando meu pai viu que aquilo não era papel velho, que ali havia artigos de jornal do mundo inteiro com notícias relacionadas a Santos Dumont, ele disse à minha avó que ia recolher tudo. Como historiador que era, reconheceu aquele material como documentos históricos e se interessou em fazer ele mesmo sua classificação. (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão, 2015)

Ainda de acordo com depoimento do Sr. Alberto Dodsworth, o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, seu pai, separou e limpou o material e passou a organizá-lo em ordem cronológica, dividido por assuntos. Não se sabe, porém, qual a ordem original anterior. Portanto, não podemos afirmar que esta foi desfeita. Inclusive, isto confirma o que já fora citado anteriormente, sobre a dificuldade de se identificar o que, afinal Santos Dumont reteve e reuniu e o que fora incluso pela família.

Após passarem quase quatro décadas esquecidos no porão do sobrado no Flamengo, os documentos e fotos que Santos-Dumont guardou ao longo da vida permaneceram mais quase três décadas à vista apenas da família e de alguns pesquisadores. Além de organizar o acervo pessoal do inventor, o brigadeiro juntou à coleção reportagens e notícias publicadas nas décadas seguintes sobre Santos-Dumont. E encadernou tudo em cinco volumes. Em cada página, colou um ou mais recortes ou fotos, dependendo do tamanho, e fez anotações sobre seu conteúdo. (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão, 2015)

Aqui, percebe-se a interferência familiar, com a inclusão de documentos no conjunto documental originalmente constituído por Santos Dumont. Duas questões são claras a partir do depoimento do Sr. Alberto Dodsworth: A primeira delas, diz respeito ao fato de Santos Dumont não ser o único produtor do arquivo. A interferência do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley permitiu que outros documentos fossem de conhecimento do público em geral, documentos que talvez ninguém tivesse o conhecimento, o que permitiu, ainda, complementar a memória e história de Santos Dumont.

Relacionada a interferência familiar está justamente a construção da memória, a partir da formação de um arquivo pessoal. Para tal, como referência, utiliza-se Bertonha que, ao tratar do líder político e intelectual brasileiro Plínio Salgado (1875-1975), procurando entender os mecanismos através dos quais ele moldou a sua documentação para construir a sua imagem no futuro e seus objetivos nesse sentido. Neste artigo, o autor trata da necessidade de se entender os objetivos do produtor do arquivo quando da construção de seu acervo pessoal, já que a construção de um fundo pessoal não pode ser desconectada dos objetivos que seu titular tinha para ele.

Como se sabe, Santos Dumont também atuou na constituição do seu arquivo e, aparentemente, só se preocupou com o conjunto de *clippings* sobre ele, em uma determinada fase de sua vida (1898 a 1904). As fases seguintes de sua carreira, e que levaram Santos Dumont

a ser reconhecido como pai da aviação, além de sua importância, fizeram com que tudo relacionado a esse aspecto da vida dele fosse captado pelo Lavenère, mais do que documentos sobre sua vida profissional, mas da vida dele como um todo.

A vida de Plínio Salgado, assim, foi extremamente rica, tanto no aspecto intelectual como político. Não espanta, assim, que ele tenha reunido um acervo tão rico e tão importante para a compreensão do período em que viveu. Uma análise sequencial da sua documentação revela claramente, contudo, que a sua escolha e seleção do que deveria ser preservado para a posteridade não foi nem aleatória nem neutra, mas refletiu um cuidadoso esforço de construção da memória. Ou seja, apesar do seu arquivo ter sofrido como já indicado, algum grau de interferência por parte das pessoas que dele tomaram conta antes do encaminhamento do material para Rio Claro, a sua formatação não se deveu somente a este esforço posterior, mas também foi fruto da ação do próprio titular, nas mais diferentes fases de sua vida. (BERTONHA, 2007, p. 115)

A fala de Bertonha relaciona-se justamente com a questão central desta dissertação. A constituição do que hoje se entende como o arquivo pessoal de Santos Dumont, apesar das etapas de sua invenção, tem mais do que o interesse em guardar registros sobre o pai da aviação. A questão da construção da memória e da interferência no conjunto documental por parte de agentes está intimamente relacionada ao arquivo de Santos Dumont, o que será visto a seguir.

Conforme Bertonha afirma:

É possível perceber, contudo, que, para muitas pessoas, existe o que chamo de “tempo referencial”, aquele em que a pessoa vive o seu momento chave, especial e a partir do qual todas as suas experiências posteriores são comparadas ou avaliadas. (BERTONHA, 2015, p. 116)

Utilizou-se esta citação para fazer a relação com o interesse do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley em promover a organização de registros sobre a projeção de Santos Dumont. O período escolhido pelo parente de Santos Dumont, contemplando e enriquecendo o acervo, relaciona-se com o período o qual se dedicou aos balões, chamado por Bertonha como tempo referencial. Seria este um período glorioso para o aeronauta e parece até que o mesmo sabia que assim seria.

O Sr. Alberto Dodsworth relatou ainda que, depois deste trabalho, seu pai encadernou todo o acervo e o colocou a disposição de pesquisadores, o que significa que o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley deu outro contorno físico ao conjunto documental. Entusiasta dos feitos de Santos Dumont, o militar deixou em páginas datilografadas detalhes de seu trabalho de coleta, organização e manutenção do acervo: “Nos três anos que se seguiram, fiz a limpeza, a recuperação, nova colagem dos artigos de jornais nas respectivas etiquetas e a sua

arrumação por ordem cronológica e por assuntos”, escreveu, conforme registro em documento, disponível na coleção Santos Dumont, o qual se encontra no Anexo A desta dissertação.

A segunda questão diz respeito a abertura à consulta deste conjunto documental a pesquisadores. Não tivemos detalhes de como isto foi feito, mas percebe-se que o Brigadeiro foi o primeiro vetor de publicidade do arquivo, até mesmo por ser um reconhecido historiador, e ainda ter se preocupado com a classificação dos documentos.

A coleção de artigos de jornais que se achavam na casa *A Encantada*, em Petrópolis, depois do falecimento de Santos-Dumont, abrange os anos de 1899 a 1903, isto é, o período em que Santos Dumont se dedicava aos seus balões. A referida coleção não cobre o período em que o grande inventor brasileiro estava dedicado à resolução do problema do voo do mais pesado que o ar (REGISTRO DO TENENTE BRIGADEIRO LAVENÈRE-WANDERLEY).

O militar encontrou nas malas esquecidas no casarão do Flamengo, o total de documentos, a seguir:

Tabela 1 Quantidade de documentos encontrados no casarão do Flamengo.

Ano	1899	1900	1901	1902	1903
Quantidade	133	203	7.689	3.995	608

Fonte: Registro datilografado do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley

O aumento da quantidade em 1901 e 1902 se explica pela sequência de feitos de Santos-Dumont no período que o oficial definiu como o “mais glorioso de sua carreira, quando a população de Paris, da França e de todo o mundo civilizado acompanhava, empolgada, as suas sensacionais experiências sobre a dirigibilidade dos balões”. (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão).

No registro datilografado pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, Anexo A desta Dissertação, há uma transcrição importante sobre a retirada de documentos dos envelopes os quais mantinham os documentos ora reunidos pelo pai da aviação: a primeira delas faz referência aos documentos que foram retirados dos envelopes. Porém, não há qualquer menção qualitativa ou quantitativa aos documentos retirados. Há, ainda, a transcrição sobre uma

possível oferta ao Museu Aeroespacial, MUSAL, localizado no Campo dos Afonsos, o já conhecido berço da aviação militar, destes documentos retirados. Para o MUSAL, foram entregues oitenta recortes, mais interessantes. A família pode ter tomado esta atitude pensando em uma provável exposição dos mesmos ou ainda para colaborar com uma homenagem da citada OM para Santos Dumont, a inauguração de uma sala, que leva seu nome, onde estão expostos objetos do aeronauta. Após sua morte, ocorre a interferência de familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses. (HEYMANN, 1997, p.45)

A observação de Heymann trata justamente da interferência familiar que, até a realização da entrevista com o Sr. Alberto Dodsworth e a leitura mais esmiuçada da reportagem, não se tinha conhecimento. Talvez esta interferência não pudesse ser evitada, porém foi uma ação importante, dada a inclusão e a retirada de documentos. Ressalta-se que não há números precisos do que fora reunido por Santos Dumont nem do que o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley incluiu ou retirou do conjunto documental. Recordar-se apenas que, este conjunto documental, possui não apenas um produtor.

De fato, não se deve esquecer que, especialmente para os arquivos pessoais, jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros. Assim, há documentos, inexistentes no arquivo, que não comprometeriam a imagem do titular e para os quais existem inclusive registros de que tenham sido produzidos. (HEYMANN, 1997, p.57)

O parente de Santos Dumont sabia o que havia naqueles cestos de vime, trazidos por Santos Dumont, porém não fez uma discriminação dos documentos que incluiu posteriormente.

Nos três anos subsequentes, o marido de Sophia Helena cuidou dos documentos, organizando-os em seis volumes encadernados que juntos possuem em torno de 3647⁹ unidades documentais, testemunhos da trajetória de Santos Dumont, documentos de familiares, correspondências, além de homenagens póstumas e outros que referenciam o centenário do pai da aviação, caso estivesse vivo. Os registros posteriores a essa data foram conseguidos e reunidos pelo Brigadeiro, enriquecendo o acervo. Trata-se, portanto, de mais uma ação dentro

⁹ Este número não condiz com o que hoje encontramos no arquivo pessoal de Santos Dumont porque consideramos arquivo pessoal os documentos que sejam datados até 23 de julho de 1932, data de seu falecimento. Documentos posteriores a esta data compõem a coleção Santos Dumont. Além disso, foram retirados alguns documentos e devolvidos a família, por solicitação deles mesmos, porém sem registro documental, e outros retirados e inseridos no arquivo pessoal do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, visto serem, por exemplo, fotografia do Brigadeiro em algum evento militar.

do processo de invenção do arquivo pessoal de Santos Dumont, ação esta iniciada no momento em que o militar organizou o material por ele coletado, oriundo de Petrópolis. O arquivo de Santos Dumont pode até ter começado com o próprio, mas foi de fato produzido também por outros agentes, seus familiares.

o trabalho com arquivos pessoais tem que levar em conta o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que os compõem, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos. (HEYMANN, 1997, p. 45)

A partir desse dado, então novo para mim, percebe-se a influência da família na constituição do acervo. O Brigadeiro inseriu outros documentos ao acervo, porém muitos também foram retirados, conforme constatamos no dossiê produzido pelo entusiasta de Santos Dumont, em que ele deixa claro que há duplicatas, que muitos dos recortes foram retirados dos envelopes e se encontram nos álbuns por ele organizados, além dos recortes ofertados ao MUSAL.

Já a seleção da documentação preservada nos arquivos pessoais é evidentemente marcada pela subjetividade de seus produtores, afetada ainda, em boa parte dos casos, pela intencionalidade desses – e de todos que manipularam a documentação antes de sua organização arquivística. Por meio de tais documentos, os produtores promovem a construção de uma memória “desejada”, garantindo assim a transferência à posteridade de determinados fatos ou visões legitimadas por essa documentação (ABELLÁS, 2012, p. 76)

Logicamente que os produtores do “arquivo”, nesse caso, promoveram, portanto, a construção de uma memória desejada, ou seja, disponibilizando e tornando acessíveis os documentos de interesse da família, visto as interferências até então apresentadas nesta dissertação, porém sem registro documental. A família estabeleceu o que o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido, relacionado ao já citado tempo referencial de Santos Dumont.

O militar encontrou o velho baú em péssimas condições e, como lembrava Sra. Sophia Helena, naquela época não existia, ainda, o Aterro do Flamengo e o mar ficava a poucos metros da casa, invadindo o porão, por algumas ocasiões. O baú se desmanchou ao ser aberto e os jornais estavam bastante úmidos, tanto que alguns jornais se perderam definitivamente. O trabalho do marido de Sophia Helena foi de grande importância: separar os jornais por lotes

para recuperá-los. Em seguida, procedeu à organização, recortando cada artigo e colocando o cabeçalho apropriado, mantendo as referências do jornal de origem e permitindo a identificação completa de cada fonte.

Mais uma das ações relacionadas ao processo de invenção do arquivo se deu a partir de buscas junto à família de Santos Dumont e às pessoas que, possivelmente, mantinham algum documento. Fato que pode ser comprovado por intermédio das cartas escritas pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley aos amigos e familiares, e na realização de um Concurso patrocinado por uma famosa empresa de reprografia para auxiliar o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley na localização de outros documentos sobre Santos Dumont.

Assim, a intencionalidade é, em boa parte dos casos, o critério principal para guarda e descarte de documentos, desenhando o arquivo segundo a visão particular de seu produtor e / ou daqueles que tiveram tal documentação sob seus cuidados. E é essa manipulação inicial, plena em valores subjetivos, em grande parte a responsável por estabelecer o que “merece” ser lembrado e o que “pode” – ou “deve” ser esquecido, em uma pré-seleção documental que foge ao controle do arquivista e de seus métodos. (ABELLÁS, 2012, p.76)

É interessante destacar que, mesmo com a manipulação do acervo por parte de familiares de Santos Dumont, mesmo as matérias de jornal, retidas por Santos Dumont ou incluídas pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, que poderiam, por exemplo, tem algo de comprometedor sobre o avião, como as reportagens críticas dos jornais americanos, não foram retiradas do acervo. Estes documentos também são representativos da memória do aeronauta. Entende-se que este era realmente o desejo de Santos Dumont, construir e disseminar a memória dele como realmente foi construída, refletida através de seu conjunto documental.

Os documentos que compõe este conjunto documental, em sua maioria, no nível de conteúdo, atendem as funções e atividades desempenhadas pelo aeronauta, o que não significa que sejam oriundos de suas ações e atividades. O conteúdo deste conjunto documental relaciona-se, portanto, com a vida de Santos Dumont. Afinal, o conteúdo original é um *clipping* encomendado por Santos Dumont.

Destaca-se a importância de se realizar novas entrevistas com os doadores de acervos, previamente a doação. Sempre haverá informações relevantes a serem apresentadas e destacadas que poderão, ainda, fechar um quebra cabeça com lacunas. Com chegada da autora desta dissertação ao CENDOC apenas em 2014 e o conjunto documental já havia sido doado há 10 anos, eu não tinha tantos detalhes com relação ao acervo previamente a doação, a não ser

o conhecimento adquirido com a leitura da biografia do produtor, documentos do Projeto Acervo Santos Dumont e artigos publicados sobre o produtor em apreço.

Porém, com a realização da entrevista, verificou-se que a grande maioria dos documentos foi retirada do acervo, visto que o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley contabilizou os documentos por período e verificou que no baú de vime havia pouco de mais de 12.000 unidades documentais. Porém, conforme já citado anteriormente, nos seis álbuns montados pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, encontrou-se pouco mais de 3.000 documentos, reforçando, portando, a questão da invenção do arquivo.

Ao assumir a Chefia do Projeto, a autora foi informada que a família teria analisado a documentação que voltava do MAST, após ter recebido o tratamento de conservação, para verificar o que seria mantido no acervo ou não, de acordo com o que a família julgava relevante. De imediato, não concordei, pois entendi que, depois de doados, esses documentos seriam, em caráter irrevogável, do CENDOC. Verificou-se ainda que muitos dos documentos que ali estavam inseridos faziam parte do arquivo pessoal do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley¹⁰.

Conforme destacou Souza (2012, p. 51), essa organização acabou por criar um conjunto de documentos avulsos que não utilizados nos álbuns: No total, os documentos considerados avulsos são em torno de 1473 unidades. O sexto volume, chamado de avulsos, nada tinha de especial, apesar de a família ter solicitado, em Termo de Doação, um tratamento especial ao mesmo. Ao analisarmos os avulsos, percebeu-se que os mesmos não foram utilizados por haver matérias e/ou fotografias muito similares as contempladas nos cinco volumes. Não haveria por que não as utilizar. O Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley fez uma seleção no acervo e determinou quais faziam parte ou não. É importante “tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram” (Camargo, 200, p. 35-36) e foi justamente o que a família não fez e não considerou. Desse volume, a família retirou muitos documentos também, os quais, infelizmente, não foram listados e não estão quantificados. Este é mais um aspecto da construção do arquivo, uma nova interferência familiar, esta depois do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley. Mesmo após a doação do conjunto documental, a interferência deste existiu.

¹⁰ Importante esclarecer que os documentos que faziam parte do arquivo pessoal do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley foram desse conjunto documental retirados e incluídos ao arquivo pessoal do Brigadeiro.

Importante destacar que, até aquele momento do recolhimento dos documentos pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, o conjunto documental não havia recebido qualquer tipo de organização. Interessante a interpretação da família, ao alegar que não havia qualquer ordem lógica na organização de seus documentos por parte de Santos Dumont, pois o *clipping* já tem sua ordem lógica própria.

Mesmo após a entrevista com o Sr Alberto Dodsworth, filho do já citado Brigadeiro, ficou constatado que os documentos foram simplesmente depositados no baú de vime, por Santos Dumont, sem qualquer tratamento. O Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, após recolher os documentos e iniciar a limpeza e a recuperação dos mesmos, classificou esses documentos por assunto e os organizou em ordem cronológica.

O conjunto documental de Santos Dumont é, primordialmente, um conjunto de fontes reunidas e relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional. Essa consciência permeou personalidades chaves para sua manutenção até os nossos dias: Sr. Jorge Toledo Dodsworth (casado com a sobrinha de Santos-Dumont, Sra. Sophia Dumont e pai da Sra. Sophia Helena), o Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley (casado com a sobrinha-neta de Santos-Dumont, Sra. Sophia Helena) e Sra. Sophia Helena Dodsworth Wanderley. Todos vinculados à história de Santos Dumont por laços afetivos familiares e que cumpriram a tarefa de conservar os papéis.

3.2.3. A entrada do arquivo no circuito público de instituições.

Na terceira subseção, pretende-se, portanto, explicar como se deu o processo de doação do acervo ao CENDOC e o Termo de Doação, firmado entre a família de Santos Dumont e este Centro de Documentação, além de uma breve discussão sobre institucionalização de acervos e as conseqüências de uma disponibilização destes a consulta pública.

Após a morte do Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, caberia a Sra. Sophia Helena, viúva do Brigadeiro Lavenère, dar um destino adequado ao material. De acordo com o Sr. Alberto Dodsworth, a Sra. Sophia sempre teve a preocupação de entregar o acervo para alguma instituição que desse o devido valor ao acervo e o tratamento adequado, para que a preservação futura fosse garantida.

Com isso, iniciava-se uma prática com o objetivo de institucionalização deste conjunto documental, processo o qual caracteriza a saída dos arquivos pessoais da esfera privada, de sua

produção e acumulação, para entrada na esfera pública dos circuitos culturais nos quais se inserem as instituições de guarda. Foram consultadas várias entidades e o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) foi à instituição que se interessou em receber esse acervo. A primeira conversa se deu por intermédio do Arquivo Nacional.

Podemos afirmar também que, normalmente, ao transferirmos a custódia de um arquivo pessoal para uma instituição de guarda, integrando assim seu acervo, é que este conjunto documental efetivamente receberá o tratamento arquivístico adequado, ou seja, à luz da teoria arquivística. Neste caso especificamente, verificou-se que ocorreu um tratamento arquivístico prévio a doação, dado pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, visto que ele separou e limpou o material e passou a organizá-lo em ordem cronológica, dividido por assuntos. Não se quer aqui se o feito pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley está correto ou não, apenas tratar de uma questão rara de se acontecer e que aqui podemos ver e explorar. Esta trajetória se refere à história que o arquivo tem dentro da instituição desde o início das negociações para a doação até ao papel simbólico que ele exerce naquele local dependendo da dimensão social e política que tem a personalidade em questão. Esta é mais uma informação relevante, necessária para se contar adequadamente a história arquivística de qualquer conjunto documental.

Em 2004, foi firmado um Acordo Específico de Cooperação Técnico-Científico Cultural junto ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), sem ônus para o Comando da Aeronáutica (COMAER), visando o trabalho de conservação, restauração, microfilmagem e digitalização dos livros do Arquivo Pessoal de Santos Dumont, primeiras ações arquivísticas. Já em 2005, foi oficializado o Termo de Doação, anexo B desta dissertação, tendo sido publicado em Diário Oficial da União (DOU) e Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Cabe ressaltamos que o simples fato de doar um arquivo pessoal a uma instituição não quer dizer que o arquivo pessoal venha a ser emblemático ou alegórico para a memória social. Daí a necessidade de se lembrar que o processo de construção de memória é uma atividade constante por parte da instituição que recolheu o acervo, também dos familiares, da comunidade acadêmica e dos pesquisadores interessados, os quais irão divulgar informações sobre o arquivo, seja esta de maneira formal ou informal, entre possíveis interessados. Isto foi, inclusive, uma exigência da família, conforme Termo de Doação assinado entre as partes interessadas, o qual pode ser visto no anexo desta dissertação.

A oficialização veio após o Acordo com o MAST, tendo sido esta uma condição para a Doação. A execução do referido projeto seguiu a seguinte metodologia, abaixo citadas resumidamente:

- a) Diagnóstico técnico, com o objetivo de avaliar o estado de conservação dos documentos e/ou conjunto documental e identificar os principais problemas do acervo e causas dos danos encontrados;
- b) Tratamento de conservação, realizado em cinco etapas: desmonte dos livros, higienização, reforços, remonte e acondicionamento;
- c) Microfilmagem, com o objetivo de salvaguardar o acervo com cópia de segurança;
- d) Digitalização, com o objetivo de tornar o acervo disponível para consulta por vários meios e poupar o documento original do manuseio.

Primeiramente, trataremos do diagnóstico: O diagnóstico apresenta uma avaliação da situação no qual se encontrava o acervo Santos Dumont, objeto de investigação no período de dezembro de 2003 e agosto de 2004, realizado pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel – LAPEL, do MAST. Para efetivação do diagnóstico foi confeccionada uma ficha que reunia informações sobre a identificação do documento, os danos por ele apresentados, a intervenção sugerida, a classificação quanto ao estado de conservação, entre outras.

De acordo com o diagnóstico foi possível perceber que cerca de dois terços dos documentos se encontravam em condições de serem utilizados e consultados após o tratamento de conservação, demandando, além da higienização e do acondicionamento, algum tipo de reforço. Aproximadamente 5% do acervo necessitava de um tratamento mais especializado de restauro, devido ao seu estado de conservação ter sido classificado como ruim. Os resultados da avaliação deste acervo apresentaram dados não só da qualificação do seu estado de conservação, mas também da sua tipificação e quantificação. Segue abaixo um quadro sumário quantitativo dos documentos por espécie documental e volume correspondente:

Tabela 2 Quantitativo de documentos por espécie documental

Tipo	Volume I	Volume II	Volume III	Volume IV	Volume V	Total
Textual	19	40	22	29	105	215
Recorte	273	226	318	31	260	1108
Fotocópia	23	20	28	177	165	413

Fotografia	94	26	33	154	17	324
Capa Capítulo	8	1	4	9	9	31
Outros	7	35	37	25	10	114
Total por Volume	424	348	442	425	566	2205

Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

Cabe registrar que alguns destes documentos, quando da fase de organização do acervo, poderão ser identificados como cópia ou exemplar de outros e que ainda podem se tornar anexo. Assim sendo, não representam a quantidade de documentos do acervo, mas servem de referência para efeito de quantificação aproximada.

Com relação as etapas da conservação, as ações de conservação, conforme previsto no Acordo de Cooperação, seriam desmonte, higienização, planificação, reforços o acondicionamento, levantamento do acervo¹¹.

Com o desmonte dos livros, os documentos foram distribuídos à equipe de auxiliares, com sua respectiva ficha diagnóstico, para referência e controle do trabalho. Foram elaborados vários instrumentos para exercício deste trabalho, a realização da descrição e acompanhamento dos documentos.

Figura 1 – desmonte dos livros



Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

A higienização teve como objetivo a limpeza a seco da superfície de cada documento. Consistiu na remoção de partículas de pó, resíduos, elementos metálicos, fitas adesivas envelhecidas e demais sujidades que estivessem na superfície do documento ou aderidas a ele,

¹¹ A intenção é apenas apresentar ao leitor as etapas de conservação realizadas pelo MAST no conjunto documento. Como estas já foram realizadas há alguns anos, não cabe um debate, apenas uma apresentação. A importância desses procedimentos estão na relevância e necessidade de se realizar tal atividade para que estes documentos estivessem acessíveis hoje.

e que pudessem provocar danos. As técnicas foram aplicadas de acordo com o estado de conservação de cada documento, sua técnica de produção (materiais constitutivos), tipo de documento, solubilidade de tintas, localização e características dos danos encontrados.

Figura 2 - limpeza



Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

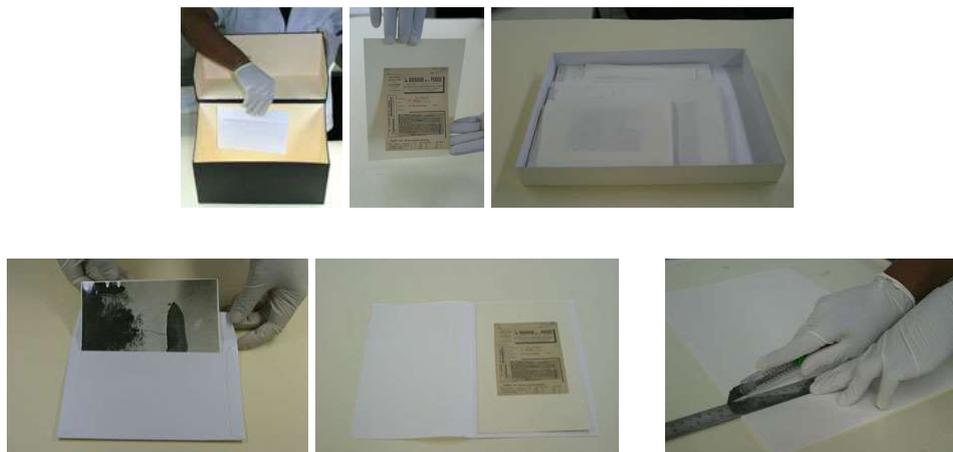
O reforço teve como objetivo a manutenção física do documento por meio da colocação de um reforço numa área fragilizada por dobras, vincos, rasgos ou perda de suporte. As técnicas foram aplicadas de acordo com o estado de conservação de cada documento.

Figura 3 – limpeza e planificação



Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

Com relação ao acondicionamento, ao serem desmontados, os documentos passaram pelo tratamento indicado na ficha diagnóstico. Foram acondicionados segundo seu tipo e formato, conforme orientação pré-definida e individualizada para documento textual e mapa, documento fotográfico, recorte de jornal, fotocópia, gravura e documentos especiais. Para confecção de caixas, envelopes e folders, utilizou-se de materiais com PH controlado. A padronização do formato das embalagens objetivou atender ao critério de conservação para documentos sobrepostos, isto é, em sistema de acondicionamento horizontal. Este procedimento padroniza os tamanhos e evita que a sobreposição de documentos de diferentes formatos possa causar um desnível no conjunto. Contribuiu, ainda, para agilizar a confecção das novas montagens e o corte de invólucros.

Figura 4 - acondicionamento

Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

A digitalização consiste na reprodução dos documentos por meio fotográfico, utilizando-se de máquina fotográfica digital. Esta atividade foi dividida em duas etapas: a primeira é a digitalização de cada página dos cinco volumes para preservar sua organização original; na segunda etapa será digitalizado cada documento individualmente depois de concluído o seu tratamento de conservação, para facilitar a divulgação e restringir o acesso aos documentos originais.

Figura 5 – Antes do tratamento

Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

Figura 6 – Depois do tratamento



Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

Essa imediata associação de arquivos pessoais institucionalizados a chamada memória social está presente em muitos trabalhos da área. Conforme afirma Oliveira (2008, p. 29), a institucionalização dos arquivos pessoais está também muito vinculada à perpetuação do que freqüentemente chamamos de memória social. A decisão de se preservar esses documentos ocorre graças ao reconhecimento por parte da família, por exemplo, do papel social do titular do acervo e de que eles podem ser representativos da trajetória de uma comunidade. Apesar de este não ser o foco desta dissertação, pode-se dar enfoque para as pesquisas e pesquisadores que, até então realizaram levantamentos importantes para trabalhos acadêmicos executados. Alguns relacionados, inclusive, com a evolução aeronáutica.

Na bibliografia arquivística disponível poucos são os relatos que tratam de processamento técnico arquivístico de arquivos pessoais. Durante a pesquisa realizada, verificou-se que, a partir da década de 80, o modelo utilizado como referência para esse processamento é o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, que se especializou na guarda de arquivos privados pessoais de representantes da elite política.

De acordo como a Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, em seu sítio eletrônico (2013),

Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando

atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública.

Todos os militares que atuaram no Projeto Acervo Santos Dumont, antes de iniciarem as atividades de tradução dos documentos, realizaram a leitura de duas biografias, produzidas pelo CENDOC, a partir do conjunto documental doado. Este conhecimento prévio sobre Santos Dumont foi importante para entender melhor a pessoa que dá nome ao acervo, tendo sido aperfeiçoado com a tradução dos documentos componentes do acervo.

Conforme as unidades documentais eram tratadas, através de processos de conservação ou restauro, microfilmadas e digitalizadas, estas retornavam ao CENDOC. Assim que assumi o Projeto Acervo Santos Dumont, em fevereiro de 2014, procurei estudar sobre a vida do aeronauta. A equipe que trabalhava na seção era formada por um Suboficial fotógrafo, duas Sargentos de Especialidade em Serviços Administrativos e um soldado.

O Quadro de Arranjo, ora produzido pelo Chefe do Projeto, foi produzido inspirado no tratamento que o MAST¹² dava aos documentos até 2013, o qual leva em consideração a temática na qual o inventor está inserido, com destaque para seus feitos e conquistas. Portanto, a classificação adotada anteriormente pelo Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley, para a composição dos livros, foi desconsiderada.

Ao analisar previamente a documentação que compõe o acervo, percebi que este era composto, em sua maioria, de documentos em outros idiomas, principalmente francês e inglês. Como saber que determinado documento faz parte de determinada série/subsérie, se não sabemos o conteúdo do documento? Não podemos determinar um assunto para o documento apenas por uma imagem ou sem fazer a leitura. Então, no mesmo mês, iniciamos um trabalho de tradução: um militar era responsável por escanear os documentos, em OCR, método aplicado de maneira a permitir que o conteúdo escrito em um documento no formato de imagem seja reconhecido e transformado em um arquivo de texto editável. Feito isto, era necessário localizar o arquivo em seu computador, efetuar o *upload* da imagem e escolher o idioma do texto presente no documento.

Com o texto localizado, os militares poderiam realizar a tradução, através da página do *Google Tradutor*, claro que não sem antes conferir o texto, pois o mesmo poderia ser salvo

¹² O MAST não foi o desenvolvedor da metodologia que inspirou o processamento arquivístico do Arquivo Pessoal de Santos Dumont. O CPDOC, após publicar sua metodologia, inspirou muitas instituições custodiadoras de arquivos pessoais, dentre elas o MAST.

com perda de caracteres. Após a tradução e algumas adaptações textuais relacionadas à concordância verbal, o texto estava pronto. Este era colocado em uma folha rosto, além da série/subsérie a qual aquele documento pertencia, além do gênero, espécie, data, um breve resumo e, no caso de artigos de jornal, o nome do jornal no qual a matéria foi publicada e o título da matéria. O tratamento era dado item a item, dentro das séries/ subséries temáticas. Os documentos iconográficos também foram identificados individualmente, com informações como assunto, data, local, evento e personalidades retratadas.¹³

Com a tradução e folhas do rosto prontas, a base de dados era atualizada com mais algumas informações, como a dimensão de cada documento, o que auxiliou no momento da organização física dos mesmos¹⁴, o idioma original e a localização de origem da reportagem ou onde determinada fotografia foi tirada, por exemplo. O acervo vinha tomando um formato organizado.

Ao analisar alguns relatórios de atividades do Projeto Acervo Santos Dumont, percebeu-se algumas tentativas de se apresentar um quadro de arranjo, talvez devido a versatilidade da personalidade que dá nome ao conjunto documental. Paralelamente a esta proposta de tradução dos documentos componentes do acervo, apresentou-se o novo e definitivo arranjo do arquivo. Esse arranjo definitivo só foi possível graças à identificação dos documentos, paralelamente ao conhecimento da biografia do inventor, principalmente de sua trajetória profissional. O quadro de arranjo obedece a uma estrutura tradicional adotada pelo MAST, a qual tem como base a metodologia desenvolvida pelo CPDOC, baseada no conhecimento da área de atuação do produtor, ou seja, o quadro de arranjo representa as atividades da pessoa, correspondendo e identificando a pessoa, detalhando as atividades realizadas pela pessoa. De acordo com Ducrot (1998, p. 159) é necessário compreender as múltiplas facetas de seu produtor – sua atuação em distintas esferas acadêmicas e de trabalho, seu papel como produtor de documentação de caráter particular ou familiar – entendendo esses espaços de produção dos documentos.

Devido à versatilidade de Santos Dumont, outras formas de arranjo poderiam ter sido sugeridas, como aconteceu, de fato. Uma proposta seria organizar a documentação a partir dos gêneros documentais, proposta apresentada em 2010. Já em 2011, definiu-se organizar a

¹³ O tratamento mencionado foi dado a todo o conjunto documental, ou seja, aos documentos retidos pelo primeiro produtor, Santos Dumont, e aos documentos incluídos no arquivo pessoal após a interferência do agente familiar Tenente Brigadeiro Lavenère-Wanderley.

¹⁴ Os documentos eram fisicamente organizados de acordo com suas dimensões.

documentar nas seguintes séries: correspondência, artigos de jornal e fotografias, o que, a meu ver, limitaria e muito a disposição e apresentação dos documentos. Apesar de os artigos de jornal estarem em maior quantidade no acervo, e estes estarem separados por veículo de comunicação, ainda sim fica muito limitado.

O arquivista deverá sempre buscar, sempre que for viável, desenvolver um quadro de arranjo que reconheça as atividades desenvolvidas pelo produtor, com a possibilidade, portanto, de apresentar uma narrativa sobre o produtor e sua trajetória. Justamente por isso que a identificação dos documentos deve ocorrer previamente à elaboração do quadro de arranjo.

Já em 2013, a proposta definitiva de quadro de arranjo, para o que se convencionou chamar de Arquivo Pessoal de Santos Dumont, foi apresentada. O quadro de arranjo possui quadro séries. A primeira das séries é a Documentos Pessoais e Familiares, a segunda série é chamada Inventos, a qual possui três subséries: 1) Balões, aeronaves e outro; 2) Prêmios; e 3) Acidentes Aeronáuticos. A terceira das séries é chamada Homenagens, e possui uma subsérie, nomeada Títulos e Honrarias. A quarta e última série é chamada Relações Pessoais e esta possui quatro subséries, a saber: 1) Artigos de Jornal; 2) Correspondências; 3) Fotografias; e 4) Cartões de Visita.

Tabela 3: quadro de arranjo elaborado pelo Chefe do Projeto à época.

Série	Subsérie
Documentos Pessoais e Familiares	
Inventos	Balões, Aeronaves e outros
	Prêmios
	Acidentes Aeronáuticos
Homenagens	Títulos e Honrarias
Relações Pessoais	Artigos de Jornal

	Correspondências
	Fotografias
	Cartões de Visita

Fonte: www.cendoc.intraer. Acesso em 01 de junho de 2018.

A descrição implicou na codificação dos documentos, já com a nova e adequada notação, tendo como base CODEARQ e na construção de um banco de dados informatizado, no qual foram levantados os assuntos, as datas, as fontes de produção, as referências completas, os tipos de documentos, ressaltando a existência de anexos e registrando as legendas grafadas nos suportes originais.

A base de dados, chamada Acervo, foi criada para disponibilizar aos usuários os documentos do acervo Santos Dumont. Nesta estão contemplados os mesmos campos da base de dados informatizada¹⁵, disponibilizando as informações para a construção de inventários, índices e outros instrumentos de pesquisa. Cabe destacar que, a partir da base de dados informatizada, se produziu um inventário sumário do Acervo Santos Dumont.

A série Documentos Pessoais e Familiares possui 131 documentos textuais, quatro documentos cartográficos e 110 documentos iconográficos, totalizando 245 unidades documentais, do período de 1823 a 1932, arranjados em ordem cronológica. Série constituída por documentos pessoais e de familiares reunidos por Santos Dumont, como a Cópia da Certidão de Batismo de seu pai, Henrique Dumont, o registro de batismo do próprio Santos Dumont, brevês de invenção, recibos de pagamentos, atas de reunião e, ainda, testamento feito por Santos Dumont. Também registros da Companhia Agrícola Dumont e fotografias de Santos Dumont e seus familiares e da Fazenda Cabangú.

A série Inventos, disposta em três subséries, trata exclusivamente dos inventos desenvolvidos por Santos Dumont e das conseqüências das referidas invenções, que seriam os prêmios conquistados e os acidentes aeronáuticos sofridos graças a suas tentativas em realizar vôos. A subsérie Balões, Aeronaves e outros possui documentos do período de 1898 a 1930, sendo estes 699 documentos textuais e 438 documentos iconográficos.

A Subsérie é constituída por documentos relacionados aos seus balões e aeronaves, basicamente desenvolvidos por Santos Dumont. Encontram-se documentos referentes a corridas aéreas que teriam a participação de Santos Dumont, o favoritismo de Santos Dumont nessas corridas aéreas, especificações técnicas de seus inventos, testes com seus dirigíveis e

¹⁵ Os metadados apresentados na base de dados são: CODEARQ, descrição, idioma, data, local, gênero e espécie.

vôos realizados. A subsérie é formada por 1137 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica.

A subsérie Prêmios (*Deutsch / Archdeacon*) possui documentos do período de 1900 – 1921, sendo estes 350 documentos textuais e 24 documentos iconográficos. A subsérie é constituída por documentos relacionados aos prêmios conquistados por Santos Dumont, basicamente os prêmios Deutsch e Archdeacon. Os documentos tratam com detalhes dos concursos dos quais Santos Dumont participou e sobre a quantia que seria oferecida ao vencedor dos concursos. Trata, ainda, do balão especificamente criado por Santos Dumont para a conquista do Prêmio Deutsch, sobre os concursos os quais estaria disputando e seus “ensaios” para a competição. A subsérie é formada por 347 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica.

A subsérie Acidentes Aeronáuticos possui documentos do período de 1898 a 1909, sendo estes 187 documentos textuais e 41 documentos iconográficos. A Subsérie constituída por documentos relacionados aos acidentes aeronáuticos sofridos por Santos Dumont durante as tentativas de realizar voos. Trata, principalmente, do acidente sofrido com o Balão de nº 5, que caiu na propriedade de Edmond Rothschild, em Boulogne e da colisão do Balão de nº 5 no Hotel Trocadero, do acidente sofrido com o seu Balão nº 6, o qual caiu na Baía de Mônaco, do acidente sofrido pelo aviador Augusto Severo, entre outros e é formada por 228 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica.

A série Homenagens, Títulos e Honrarias é composta por 185 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica. A Série é constituída por documentos que tratam das homenagens, títulos e honrarias recebidas por Santos Dumont durante sua carreira. Há poemas, desenhos e charges feitos em homenagem a Santos Dumont, medalhas recebidas por ele e notícias sobre os jantares oferecidos a Santos Dumont, datados de 1889 a 1932, sendo 160 documentos textuais e 25 documentos iconográficos¹⁶.

A última das séries, denominada Relações Pessoais, disposta em quatro subsérie, trata, exclusivamente, da vida íntima do aeronauta, sobre seus amigos, seus hobbies e suas qualidades. A série é formada por 547 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica, de acordo com a respectiva subsérie, sendo 421 documentos textuais e 126 documentos

¹⁶ Não se considerou que os prêmios conquistados seriam uma homenagem justamente por serem consequência de seus feitos, ou seja, estão diretamente relacionados aos inventos. Por isso consideramos *Prêmios* uma subsérie de *Inventos*.

iconográficos. A subsérie Recorte de Jornal traz curiosidades interessantes sobre o aeronauta. Com recortes dos anos de 1876 a 1932, possui 214 documentos textuais e 22 documentos iconográficos, totalizando 236 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica. A Subsérie é constituída por documentos que tratam da vida íntima do aeronauta. Basicamente, encontramos algumas notícias como as pretendentes que ele teve, brinquedos inspirados no aeronauta, a emulação em decorrência de sua ascensão rápida na corrida aérea, seus hobbies e suas qualidades. A subsérie Correspondência, dos anos de 1901 a 1932, possui 155 documentos textuais e cinco documentos iconográficos, totalizando 160 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica. A Subsérie é constituída por correspondências que tratam, por exemplo, de necessidades na residência de Santos Dumont, pagamento de dívidas e estimas de melhoras ao aeronauta. A terceira das subséries, chamada Fotografia, possui 88 documentos iconográficos, e é constituída por fotografias de Santos Dumont com amigos ou de amigos para o aeronauta, com dedicatórias. Há ainda fotografias de Santos Dumont realizando atividades esportivas, como esqui. Quarta e última das subséries, chamada Cartão, possui 52 documentos textuais e 11 documentos iconográficos, totalizando 63 unidades documentais, ordenadas em ordem cronológica e é constituída por cartões postais e de visitas colecionados pelo aeronauta.

Interessante verificar que, mesmo Santos Dumont sendo um inventor, não há no arquivo pessoal documentos relacionados aos seus inventos sendo projetados, como desenhos de engenharia. Os “desenhos” que encontramos estão publicados em jornais, com alguma matéria relacionada, a qual explica especificidades do determinado invento.

O interesse pelos arquivos pessoais como fontes de pesquisa para a escrita da história e preservação da memória, decorre do fato de a “escrita em si” ali preservada em suportes variados (cartas, diários, textos autobiográficos, dentre outros) revelar muito sobre o contexto histórico e social das personalidades e não apenas sobre o indivíduo em si. (MACIEL & BORGES, 2012, p.117).

O que se verificou de mais interessante é que, independentemente da matéria, correspondência e fotografias no acervo, estas foram mantidas para apresentar como Santos Dumont era visto independente do país que publicou a matéria sobre o inventor e assim, plenamente, demonstra-se a memória formada do inventor e é possível a todo e qualquer pesquisador o conhecer plenamente.

Depois da finalização do processamento técnico arquivístico, começou-se a pensar em disponibilizar o conjunto documental, sem que houvesse prejuízo aos documentos, sem que

tivéssemos que disponibilizar os originais para consulta: os mesmos manter-se-iam preservados, porém disponíveis para acesso estariam os representantes digitais. Para tal, as equipes do Projeto Acervo Santos Dumont e de Tecnologia da Informação do CENDOC deram início a uma base de dados, Acervo. Esta base de dados atenderá aos diversos arquivos recolhidos ao CENDOC, e permitirão a constituição e a divulgação da memória institucional do Comando da Aeronáutica. Baseado no ICA-AtoM, um programa desenvolvido originalmente com a finalidade de informatização da descrição arquivística, essa base de dados atende a uma necessidade prevista hoje para instituições responsáveis pela guarda de documentos, a de disponibilizar o conteúdo sob sua responsabilidade para pesquisa. Sua estrutura de campos é baseada nos seguintes padrões internacionais de descrição arquivística. A base de dados possui uma estrutura multinível (do geral ao particular), o que permitiu a inserção de cada unidade de descrição na estrutura geral do arquivo pessoal, mantendo-se uma relação hierárquica. Nesta base, com metadados sugeridos na NOBRADE, será possível pesquisar qualquer documento do Arquivo Pessoal Santos Dumont.

Diante do exposto, portanto, podemos entender que o conjunto documental denominado Santos Dumont deu início a partir de documentos coletados pelo próprio inventor, provavelmente para registrar seus feitos, seu sucesso. Porém, em outro tempo e circunstância, houve uma interferência familiar a qual foi decisiva para a construção desse acervo. A partir disso, retiradas e inclusões de documentos foram realizadas. Então os herdeiros doaram esse acervo a uma instituição de guarda, manifestando seu desejo de permitir que a memória de Santos Dumont estivesse disponível para qualquer pessoa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu uma problematização árdua sobre o universo dos arquivos pessoais no âmbito da Arquivologia. Conforme demonstramos, há muito o assunto deixou de ser secundário na disciplina e passou a ser o tema de muitos trabalhos, o que inclui artigos em revistas, apresentações em congressos e objeto de dissertações e trabalhos de fim de curso. Estes apresentam olhares sobre os arquivos pessoais sob múltiplos aspectos, sendo a questão da constituição de arquivos pessoais apenas um deles.

Todos nós desenvolvemos funções e atividades ao longo de nossa vida. E são as nossas trajetórias que delimitam especificidades ao acervo que acumulamos. Portanto, cada arquivo pessoal é único, justamente por submeter a apreciação documentos ligados ou relacionados as funções e atividades que são desempenhadas por cada um desses atores: relações institucionais impulsionadas, relações interpessoais, desejos e os gostos do titular do arquivo.

O conjunto documental de Santos Dumont, com a riqueza de detalhes de sua constituição, acumulação e utilização pelo produtor, além das interferências familiares, tornou-se objetos privilegiados para discutirmos como se deu o processo de invenção do que hoje conhecemos como o arquivo pessoal de Santos Dumont. Nesse sentido, o acervo Santos Dumont demonstrou-se rico exemplo para discutir características de arquivos pessoais.

Os seres humanos, desde os tempos mais remotos, acumularam conhecimentos para superar os desafios inerentes a sua existência. Em um primeiro momento, a luta contra os fenômenos naturais deu espaço ao acúmulo de conhecimento necessário a sobrevivência. Atos ligados ao instinto de sobrevivência que, ao longo do tempo, deram espaço a um sistema racional de organização da informação precedente, circunscrevendo a preservação da informação, cada vez mais, a métodos lógicos e padronizados.

A percepção de um hábito que contribuiu para evolução da existência humana, aliada as mais diversas necessidades dos indivíduos, as quais se projetaram em graus de complexidade progressivos, engendraram a necessidade do desenvolvimento de técnicas epistemológicas e consolidadas, para abranger o universo incalculável da informação, que perpassa por toda capacidade de criação do homem, a qual é impossível de ser encerrada em quaisquer tipos de absolutos. Assim, pode-se perceber que a utilidade da informação é, cada vez mais, uma necessidade, estando diretamente ligada a evolução da humanidade.

A problematização do processo de constituição do conjunto documental que hoje é considerado o arquivo pessoal de Santos Dumont nos permitiu perceber que os arquivos pessoais não se limitam aqueles definidos pela teoria arquivística, o que ficou claro a partir da história arquivística apresentada.

Identificamos que os elementos que concorreram para a construção do conjunto documental que hoje é reconhecido como o Arquivo Pessoal de Santos Dumont no CENDOC foram os *clippings* solicitados por Santos Dumont às empresas especializadas em tal ato. Os mesmos não são produto das funções e atividades de Santos Dumont, porém, no nível do conteúdo, atendem a isto. Destaca-se, principalmente a interferência familiar realizada no acervo: as inclusões e exclusões de documentos, mas que sem registro.

Ora, se as necessidades humanas são a razão de toda produção científica, então o que seria o registro acerca do próprio ser humano? Que utilidade possuiria o registro de alguém confeccionado por ele próprio? Um acervo documental, composto por diversos documentos seria capaz de elucidar algo ou alguma inquietude? E caso seja um inventor com projeção mundial? Qual sua função social? Como um brasileiro do Século XIX era visto pela sociedade europeia, norte-americana?

Santos Dumont inventou o avião? A preocupação do inventor brasileiro em preservar suas memórias foi um instinto de sobrevivência em meio a uma sociedade que poderia desejar ridicularizá-lo? Seria um ato científico para registro de sua progressão tecnológica? Seria apenas vaidade? Um acervo organizado com parâmetros científicos bem delineados será capaz de facilitar análises futuras que respondam todas as questões acima, dentre diversas outras, pois, por intermédio da preservação das informações e seu arranjo sistemático, as análises sociais que postulam descobertas em recortes temporais específicos, bem como as projeções do pensamento do inventor, suas adversidades, suas reações. Tudo pode remontar e contextualizar diversos aspectos inerentes ao Brasil, aos brasileiros e, até mesmo, à humanidade.

Análises que utilizem as informações do acervo pessoal de Santos Dumont poderão, por intermédio da organização dada, subdividida em diversas áreas de interesse humano, nortear a pesquisa aprofundada de campos do conhecimento social de forma que suas informações respondam, ou contextualizem fragmentos, das inquietudes do presente, garantindo a continuidade do ciclo de produção de conhecimento necessário para compreensão do homem e de sua coletividade.

Ademais, a arquivologia poderá obter aumento de sua eficiência, pois estabelecerá novos métodos de organização de acervo pessoal, os quais serão capazes de ser fonte de produção de conhecimento da área social e, até mesmo, tecnológica.

Análises que utilizem as informações do acervo pessoal de Santos Dumont poderão, por intermédio da organização dada, subdividida em diversas áreas de interesse humano, nortear a pesquisa aprofundada de campos do conhecimento social de forma que suas informações respondam, ou contextualizem fragmentos, das inquietudes do presente, garantindo a continuidade do ciclo de produção de conhecimento necessário para compreensão do homem e de sua coletividade.

Talvez, Santos Dumont tenha desejado basear-se no legado Sócrates, Conhecendo a si mesmo. Não se sabe. No entanto, pode-se afirmar que o acervo construído pelo inventor brasileiro oferece a oportunidade de homem executar a recomendação filosófica, pois perfaz fonte de conhecimentos variados para que o homem consiga, um pouco mais, conhecer-se a si próprio.

REFERÊNCIAS

- ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: Silva, Maria Celina Soares de Mello; Santos, Paulo Roberto Elian dos. (org.) **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 75-88, 192 p.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Manual de arranjo e descrição de Arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973. x, 136 p. (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. 2ª Série Publicações técnicas a) Impressas, 6).
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Revista Estudos Históricos**. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia**. Rio de Janeiro, 17 a 22 de outubro de 1976.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Problemática atual dos arquivos particulares. In: **Revista Arquivo & Administração**, Vol. 6, n. 1, abr, 1978. p. 05-09.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89 p.: il.; 23 cm. Disponível em:
http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2016.
- BERTONHA, João Fábio. **A constituição da memória através de um acervo pessoal: o caso do Fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP)**. São Paulo: UNESP – Patrimônio e Memória - UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 112 – 120.
- BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. Arquivos em museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa**. São Paulo, 9 – 10 nov. 2009. Magalhães, Ana Gonçalves org. Anais... São Paulo: MAC USP, 2010.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 14 fev. 2015.

BRASIL. Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. **Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)**. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legisla%C3%A7%C3%A3o/resolu%C3%A7%C3%B5es-do-conarq/259-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-17,-de-25-de-julho-de-2003.html>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CAMARGO, Ana; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (iFHC). 2007. 316 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 45, fascículo 2, jul./dez. 2009. p. 28-39.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Procedimentos técnicos em arquivos privados**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101 p.

CHAMSON, A. Manuel d'archivistique. **Théorie et pratique des Archives publiques en France**. Ouvrage élaboré par l'association des archivistes Français. Paris: Imprimerie Nationale, 1970.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo. In: **Revista Estudos Históricos**. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998, p. 129-149.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-Modernismo: novas formulações para velhos conceitos. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

Disponível em:

<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>. Acesso em: 04 jun 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz. **Arquivo privado pessoal e de família**: percepção dos concluintes dos cursos de Arquivologia da cidade de João Pessoa-PB. / Ana Cláudia Cruz Córdoba. – João Pessoa: UFPB, 2015.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** textos escolhidos / tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

Departamento de Arquivo e Documentação. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de organização de arquivos pessoais**. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. 84 p.

DUARTE, Renato Crivelli. **Arquivos pessoais**: institucionalizações e trajetórias, 2018. 224 f.; 30 cm.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. In: **Revista Estudos Históricos**. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998, p. 151-168.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: **Revista Estudos Históricos**, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998. p. 59-87.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980, 44p.

GODOY, Laurete. DODSWORTH, Jorge H. D. **Brasileiros voadores: 300 anos pelos céus do mundo**. São Paulo. Traller Comunicações, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. Arquivos Pessoais, Desafios e Encantos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 45, fascículo 2, jul. /dez. 2009. p. 22 - 25.

GUEDES JR., LUIZ. Asas da liberdade: A vida e a morte de Santos Dumont. In: Aventuras na História AH. <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/asas-da-liberdade-a-vida-e-a-morte-de-santos-dumont->. Acesso em março de 2018.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In.: **Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, p. 1-10, 2008.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997, p. 41-66.

HEYMANN, Luciana Quillet. O Indivíduo fora do lugar. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 45, fascículo 2, jul./dez. 2009. p. 40-57.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia**. Gragoatá. Niterói, n. 154, p. 69-82, 2. Sem. 2003

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: USP, Edições Loyola. 1999, 151 p.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa / Organização Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MILLAR, Laura Agnes. **A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun., 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998. p. 89-103.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso. **Arquivos pessoais e documentos digitais**: Uma reflexão em torno de contradições. *Arq. & Adm.* Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-47, jan./jun. 2008

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Projeto Análise Tipológica dos Documentos em Arquivos Pessoais: Uma Representação do Código Social. Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Memória e Informação Serviço de Arquivo Histórico e Institucional. Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso. **Descrição e pesquisa**: Reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. *Arq. & Adm.* Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 28- 51, 2013.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. In: **Revista Estudos Históricos**, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998.

SANTOS, Paulo Elian dos. **Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

SANTOS, Paulo Elian dos. SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos Pessoais: História, Preservação e Memória da Ciência. Rio de Janeiro. AAB. FAPERJ, 2012.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas / Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, R. V. O. **Santos-Dumont e as caricaturas: uma história social da aviação**. In: Maria Celina Soares de Mello, Paulo Roberto Elian dos Santos. (Org.). Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da Ciência. 1ed. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, v. 1, p. 51-74.

TANNO, Janete Leiko. Os acervos Pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si. Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. In: **Ponto de Acesso**, Salvador, V.5, n.1, p. 66-84, abr 2011.

TROTTA, Luís Felipe Dias. **O arquivo de Leon Eliachar**: analisar tipologia do arquivo de um escritor / Luís Felipe Dias Trotta. – 2016. 146 f. Dissertação (Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2016.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. **Arquivos Pessoais**: Arquivos de Vida, Acervos de Memórias. / Thayane Vicente Vam de Berg. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Curso de Arquivologia, 2013.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: Lógica da acumulação em arquivos privados. In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, jul./dez. 1986. p. 62-76.

APÊNDICE A: Repostas ao questionário aplicado ao Sr. Alberto Dodsworth.

a- O que motivou a doação do fundo e quem tomou a iniciativa de doá-lo

Após a morte de meu pai, minha mãe sempre demonstrou preocupação com a preservação futura do acervo, pois como sempre dizia ela considerava que o acervo, que meu pai dedicou tanto tempo na organização e manutenção, deveria ser do Brasil e não da família. Assim, foi dela a iniciativa da doação.

b- Quem tomou a iniciativa de guardar os registros – o próprio titular ou outra pessoa?

A história da origem do documentos que vieram a compor o acervo, você encontra em detalhes no capítulo 2 da matéria a que me referi no início e cujo link para acessar direto essas informações é;

<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/a-redescoberta-de-santos-dumont/capitulo-2.php>

c- Foi o próprio Santos Dumont o produtor do conjunto ou outra pessoa atuou na composição do arquivo?

Idem resposta anterior.

d- Você saberia informar se houve alguma eliminação de documentos? Se houve, que critérios orientaram a eliminação?

Até onde eu sei, não houve eliminação de documentos.

e- Têm-se notícias da incorporação, ao arquivo, de conjuntos documentais ou itens provenientes de outras pessoas, como membros da família, colaboradores ou parceiros de trabalho?

Sim. Além de organizar o acervo, meu pai juntou à coleção pessoal de Santos Dumont, reportagens e notícias publicadas nas décadas seguintes sobre o inventor e encadernou tudo em cinco volumes.

f- Houve alguma transferência de custódia do conjunto documental ao longo do tempo?

Não.

g- Houve alguma dispersão, intervenção ou sinistro relacionados ao conjunto?

Não.

h- Há parcelas do arquivo sob outras custódias? (em outras instituições ou com outras pessoas, por exemplo).

Não. No entanto, existem vários acervos sobre Santos Dumont e cujo conteúdo pode ser consultado nos seguintes links:

<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/a-redescoberta-de-santos-dumont/capitulo-4.php>

<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/a-redescoberta-de-santos-dumont/capitulo-5.php>

<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/a-redescoberta-de-santos-dumont/capitulo-6.php>

i- Qual o valor atribuído ao arquivo pelos familiares? Por que é importante preservá-lo?

Acho que o conteúdo do acervo fala por si só de seu valor e importância pois, além de conter relatos de jornal da época em que ocorreram os fatos, possui fotos e os outros documentos vinculados à vida de Santos Dumont.

j- Por que o Centro de Documentação da Aeronáutica foi o escolhida pela família para a doação?

Durante o tempo em que minha mãe decidia a qual entidade doaria o acervo, ela já tinha definido algumas condições que importaria no eventual Termo de Doação, tais como, sempre divulgar ser o acervo produto de um trabalho de meu pai, providenciar um tratamento adequado do material componente para preservação do acervo, compromissos para divulgação ampla e democrática das informações, permitir o acesso público ao acervo e promover exposições sistemáticas com o material do acervo, entre outras. Das entidades consultadas foi o CENDOC que apresentou a possibilidade de atendimento não só às reivindicações requeridas por minha mãe como se comprometeu, em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins, em providenciar o devido tratamento de higienização, recuperação e orientação para arquivamento do material componente do acervo.

l- Tem algum documento que tem especial significado para a família e que gostaria de destacar?

Dada a quantidade, originalidade e riqueza de todo o conteúdo, fica difícil elencar um documento que se destaque.

45-001

SD1-001

1 001

OS RECORTES DE JORNAIS

GUARDADOS POR

ALBERTO SANTOS DUMONT

(1969-1972)

Nota - Muitos recortes já foram retirados dos envelopes e se encontram na seleção incluída nos cinco grossos volumes encadernados contendo dados sobre Santos-Dumont.

Uma seleção de 80 recortes mais interessantes foi ofertada ao Museu Aeroespacial no Campo dos Afonsos.

Nelson Freire Lavenère-Wanderley

do Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro

SD1001P1

OS RECORTES DE JORNAIS
GUARDADOS POR
ALBERTO SANTOS DUMONT

Alberto Santos Dumont, por testamento, doou à Prefeitura de Petrópolis a casa "A Encantada", onde ele havia residido vários anos.

Algum tempo após o falecimento de Santos Dumont, a sua família ficou preocupada com o possível extravio de numerosos papéis que se achavam guardados na casa "A Encantada".

Nessa ocasião, o Dr. Jorge de Toledo Dodsworth, casado com a sobrinha de Santos Dumont - D. Sophia Dumont Dodsworth - foi até "A Encantada" e recolheu vários documentos, inclusive os numerosos recortes de jornais guardados por Santos Dumont; todo esse material foi colocado numa mala de vime e levado para o porão da residência do Dr. Jorge de Toledo Dodsworth, à praia do Flamengo nº 334.

Como o referido porão servia de depósito de móveis, objetos, caixotes de livros etc., de toda a família, poucos anos depois o acesso à referida mala de vime, contendo os recortes de jornais tornou-se difícil; por causa disso a mala permaneceu no porão da residência à Praia do Flamengo nº 334, mais de trinta anos, sem que os papéis nela contidos fossem mais manipulados.

Com o falecimento do Dr. Jorge de Toledo Dodsworth, em setembro de 1968, a sua viuva mudou-se para um apartamento no edifício à Praia do Flamengo nº 378.

Em 1969, tendo sido resolvida a demolição da residência à Praia do Flamengo nº 334, para a construção de um edifício de apartamentos, foi retirado tudo que se achava no porão; nessa ocasião, D. Sophia Dumont Dodsworth me fez entrega dos recortes de jornais e dos demais papéis que se achavam na referida mala.

Nos três anos que se seguiram fiz a limpeza, a recuperação, nova colagem dos recortes de jornais nas respectivas etiquetas e a sua arrumação por ordem cronológica e por assuntos.

A coleção de recortes de jornais que se achavam na casa "A Encantada", em Petrópolis, depois do falecimento de Santos Dumont, a-

brange os anos de 1899 a 1903, isto é, o período em que Santos Dumont se dedicava aos seus balões; a referida coleção não cobre o período em que o grande inventor brasileiro estava dedicado à resolução do problema do vôo do mais pesado que o ar.

Santos Dumont, no período de 1899 a 1903, era assinante de várias empresas especializadas em recortes de jornais.

A principal empresa, que remetia para Santos Dumont recortes de jornais de todo o mundo era a "Le Courrier de la Presse", fundada em 1880, com sede em 21, Boulevard Montmartre, em Paris; essa empresa cobrava, naquela época, 30 centimos de franco por recorte ou, quando se tratava de uma quantidade grande de recortes de jornais, de acordo com a seguinte tabela:

- 100 recortes	25 francos
- 500 "	105 "
- 1.000 "	200 "

Qualquer notícia, em qualquer jornal, sobre assuntos de aeronáutica era sempre enviada para Santos Dumont pelo "Courrier de la Presse"; como a mesma notícia aparecia em vários jornais, ele recebia numerosos recortes de jornais dando, exatamente, a mesma notícia; tudo foi guardado por Santos Dumont que possuía milhares de recortes de jornais; a maioria desses recortes continha notícias sobre as atividades gloriosas de Santos Dumont, principalmente durante os anos de 1901 e 1902.

Ainda em Paris, Santos Dumont tinha assinatura com a empresa de recortes de jornais "Argus de la Presse", fundada em 1879 e com sede em 14, rue Drouot (9ème).

Santos Dumont era assinante, também, da empresa inglesa de recortes de jornais chamada "Press Cuttings" com sede em 41 Haymarket, Londres, S.W.

Em Nova York, Santos Dumont era assinante do "The Manhattan Press Clipping Bureau" em 2 West 14th Street.

A coleção de recortes de jornais, dos anos de 1899 a 1902, contém as seguintes quantidades:

- 1899	133
- 1900	203
- 1901	7689
- 1902	3995
- 1903	608

12/25

PS-001

3

SD1.001

1 004

Naturalmente, muitos desses recortes podem ser considerados como duplicatas, visto conterem exatamente a mesma notícia, apesar de serem de jornais e de datas diferentes.

A coleção de recortes de jornais guardados, em boa hora, por Santos Dumont e, posteriormente, pelo Dr. Jorge de Toledo Dodsworth, representa uma preciosa fonte de conhecimentos sobre as atividades do inventor brasileiro, no período mais glorioso de sua carreira quando a população de Paris, da França e de todo o mundo civilizado acompanhava, empolgada, as suas sensacionais experiências sobre a dirigibilidade dos balões.

Nelson Freire Lavenère-Wanderley
do Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro

SD1001P4



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA

TERMO DE DOAÇÃO DE ACERVO QUE ENTRE SI CELEBRAM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA - CENDOC E SOPHIA HELENA DODSWORTH WANDERLEY REPRESENTADA PELOS SEUS HERDEIROS CECÍLIA HELENA WANDERLEY KAHL, NELSON DODSWORTH WANDERLEY, ALBERTO DODSWORTH WANDERLEY, LUCIA MARIA WANDERLEY MANO SANCHES, ELISABETH WANDERLEY TOMZHINSKI, JORGE EDUARDO DODSWORTH WANDERLEY E LUIZ HENRIQUE DODSWORTH WANDERLEY NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO, representada pelo Comando da Aeronáutica, por intermédio de sua Organização Militar, o CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA - CENDOC, doravante denominado DONATÁRIO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.429/0051, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, à Av. Marechal Fontenelle, 1200, Campo dos Afonsos, CEP 21740-000, Rio de Janeiro, RJ neste ato representado por seu representante por seu Chefe, o **Coronel Intendente Oswaldo Luiz Nepomuceno de Figueiredo**, portador da identidade MAER 220.927 e CPF 715592728-72, consoante poderes delegados pela Portaria nº 809/2002, de 16/12/2002 e **Sophia Helena Dodsworth Wanderley**, falecida em 16/10/2004, que anteriormente registrou em agosto de 2003 o compromisso de efetuar esta doação, conforme Termo de Compromisso (anexo 1), ora representada pelos seus únicos herdeiros necessários, **Cecília Helena Wanderley Kahl**, brasileira, portadora da carteira de identidade 04.800.448-5, expedida pelo IFP RJ em 21/09/1979, inscrita no CPF sob o nº 018.054.087/47, residente em Sarasota, Flórida, Estados Unidos da América do Norte, em 4.931 Ashley Park Way e no Rio de Janeiro na Avenida Osvaldo Cruz nº 137 apartamento 1.101, casada em regime de comunhão de bens com **Raymond Walter Kahl**, identidade nº W061 688-9 expedida pelo SE/DPMAF/DPF, CPF 363.550.897-72; **Nelson Dodsworth Wanderley**, brasileiro, aposentado, portador da carteira de identidade 9.928.680 expedida pela SSP SP em 14/01/1976, inscrito no CPF sob o nº 025.469.147/15, residente nesta cidade, na Av. Osvaldo Cruz, 149, apartamento 2006; casado em regime de separação de bens com **Ana Maria Ferreira Wanderley**, identidade nº 3.526.907 expedida pela SSP-São Paulo, CPF 666.812.358-91; **Alberto Dodsworth Wanderley**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade 3898 expedida pelo Conselho Regional de Economia da 1ª Região-RJ em 28/01/1969, inscrita no CPF sob o nº 027.025.767/53, residente nesta cidade na rua Soares Cabral 47, apartamento 202; **Lucia Maria Wanderley Mano Sanches**, brasileira, casada, administradora pública, portadora da carteira de identidade 5.884.796 expedida pela SSP SP em 19/03/1975, inscrita no CPF sob o nº 286.808.888/00, residente em São José do Rio Preto-São Paulo, na av. Artur Andaló, 4172, 15º andar, aqui representada através de procuração pública, anexada ao presente Termo, pelo seu irmão Alberto Dodsworth Wanderley, anteriormente já qualificado; **Elisabeth Wanderley Tomzhinski**, brasileira, assistente social, portadora da carteira de identidade 187.795 expedida pelo Ministério da Aeronáutica em 17/08/1970, inscrita no CPF sob o nº 309.215.547/53, residente nesta cidade, na Av. Rui Barbosa 60, apartamento 1601; casada em regime de comunhão de bens com **Armando Tomzhinski**, identidade nº 1733-C expedida pela OAB-RJ, CPF 007.922.687-68; **Jorge Eduardo Dodsworth Wanderley**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade 02.329.263 expedida pela IFP RJ em 08/04/1997, inscrito no CPF sob o nº 269.100.397/34, residente nesta cidade, na av. Osvaldo Cruz 149, apartamento 1606, aqui representado através de procuração pública, anexada ao presente Termo, pelo seu irmão Alberto Dodsworth Wanderley, anteriormente já qualificado e **Luiz Henrique Dodsworth Wanderley**, brasileiro, economista, portador da carteira de identidade 243.241 expedida pelo Ministério da Aeronáutica em 31/03/1971, inscrito no CPF sob o nº 260.908.057/34, residente nesta cidade, na Av. Osvaldo Cruz, 149, apartamento 206 casado em regime de comunhão de bens com **Tânia Maria Galvão Wanderley**, identidade nº 297.326 expedida pelo Ministério do Exército, CPF 802.413.527-20, para, na condição de DOADORES acordar a celebração do presente Termo de Doação, que se regerá pelo artigos 1.165 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Decreto nº 99.658, de 30/10/90. Lei 8.666/93, de 21/06/93, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

(Handwritten signatures and initials)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Sra. Sophia Helena Dodsworth Wanderley, legítima possuidora do acervo denominada ACERVO SANTOS-DUMONT, acervo este constituído por documentos pessoais e da família de Alberto Santos Dumont, compilados pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley, que se apresentam em 05(cinco) livros/volumes e demais documentos avulsos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, doravante denominados BENS, ora representada pelos seus herdeiros na condição de DOADORES transfere gratuitamente ao DONATÁRIO o domínio, posse e ação, enfim todo o direito que até então era por si exercido sobre os BENS, os quais passarão a integrar o patrimônio material e cultural do DONATÁRIO.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O ACERVO DE SANTOS DUMONT encontra-se em posse do CENDOC desde agosto de 2003, para iniciar o tratamento de conservação dos 05 (cinco) volumes, conforme descrito no Termo de Compromisso assinado pela Sra. Sophia Helena Dodsworth Wanderley, (anexo 1)

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os documentos avulsos após serem inventariados, organizados e conservados pelo DONATARIO, serão selecionados pelo Sr. Alberto Dodsworth Wanderley, para identificar os documentos originais que permanecerão sob a posse dos DOADORES e os demais documentos que farão parte dos BENS ora doados, que serão discriminados numa Relação que fará parte integrante deste Termo de Doação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Os DOADORES encaminharão ao CENDOC demais documentos que queiram que faça parte integrante do ACERVO SANTOS DUMONT, que ficará sob as normas contidas nas cláusulas deste Termo de Doação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR SIMBÓLICO

Os BENS foram valorados pelo padrão simbólico de R\$ 1,00 (Hum Real) por cada volume encadernado e para o conjunto de documentos avulsos para fins de ingresso ao patrimônio do DONATÁRIO, globalizando a importância de R\$ 6,00 (Seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GUARDA E ORGANIZAÇÃO

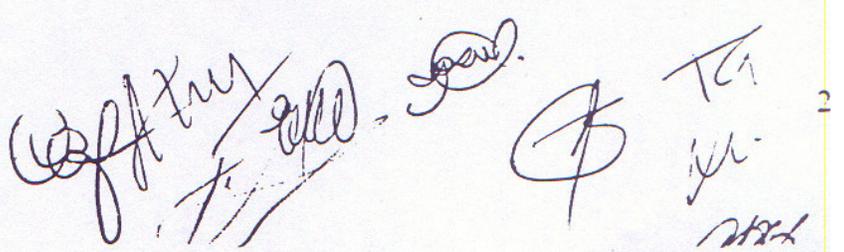
O DONATÁRIO obriga-se a inventariar, organizar (identificar, elaborar quadro de arranjo, descrever, traduzir e elaborar instrumentos de busca) e preservar (elaborar diagnóstico, tratamento de conservação, tratamento de restauração, acondicionamento, armazenamento e digitalização) os BENS, assim como normalizar o modo e as condições de acesso por terceiros, viabilizando sua plena utilização em estudos e pesquisas de caráter acadêmico relacionados com a história nacional.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O DONATÁRIO compromete-se a realizar todas as atividades relativas à organização arquivística dos BENS, ou seja, identificação documental, elaboração do quadro de arranjo, descrição documental, tradução dos documentos, elaboração de instrumentos de busca em até 02 (dois) anos, a partir da assinatura deste Termo de Doação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O DONATÁRIO compromete-se a realizar todas as atividades relativas à preservação dos BENS, ou seja, elaboração do diagnóstico, realização do tratamento de conservação, do tratamento de restauração, do acondicionamento, do armazenamento, da digitalização de todos os documentos que constituem os BENS doados em até 02 (dois) anos, a partir da assinatura deste Termo de Doação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – O CENDOC celebrou um Acordo de Cooperação Técnica com o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST para realizar o diagnóstico técnico, a higienização e a digitalização do ACERVO SANTOS DUMONT em 06 de maio de 2004, (anexo 2), que passa a fazer parte integrante e inseparável deste instrumento.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Após a conclusão do Tratamento de conservação dos BENS, será elaborado um Parecer Técnico sobre as condições atuais dos documentos e as recomendações técnicas para garantir a preservação do ACERVO DE SANTOS DUMONT, que o DONATÁRIO fará constar como parte integrante deste Termo de Doação.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. On the left, there is a large signature that appears to be 'Sophia Helena Dodsworth Wanderley'. To its right, there are several other signatures and initials, including one that looks like 'Nelson Freire Lavenère-Wanderley' and another that is a large 'B'. On the far right, there are initials 'TC' and 'M'.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Os 05 (cinco) volumes encontram-se classificados e discriminados, inclusive constando o estados de conservação, conforme Diagnóstico Técnico elaborado pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel – LAPEL pertencente ao Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, (Anexo 3), que passa a fazer parte integrante e inseparável deste instrumento.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Os 05 (cinco) volumes foram desmontados, higienizados e suas páginas digitalizadas, respeitando-se sua montagem original. O volume 1 encontra-se acondicionado e digitalizado documento por documento, após o tratamento de conservação.

CLÁUSULA QUARTA - DA CESSÃO DE DIREITOS

Os DOADORES cedem e transmitem ao DONATÁRIO, em caráter exclusivo e irrevogável, todos os direitos e pretensões e ação de natureza patrimonial, de que seja titular por força das normas jurídicas em vigor, no que tange tão somente aos BENS ora doados, incluindo os direitos autorais à publicação dos BENS, tendo como única exigência a declaração da fonte, ou seja os créditos para o compilador dos documentos, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley e para o CENDOC.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - No caso do não cumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo de Doação, os BENS e os direitos ora cedidos serão integralmente restituídos aos DOADORES.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACESSO

A presente doação tem caráter amplo, geral e permanente para consulta, utilização, divulgação e publicação dos BENS, por meio de reproduções, comprometendo-se o DONATÁRIO a utilizá-los exclusivamente na consecução de suas atividades regimentais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O acesso aos documentos originais deverá ser restrito a pessoas devidamente autorizadas pelo DONATÁRIO, respeitando as normas vigentes do CENDOC.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os DOADORES terão livre acesso aos BENS doados, respeitando as normas vigentes no CENDOC.

CLÁUSULA SEXTA - DA DIVULGAÇÃO - O DONATÁRIO obriga-se dar conhecimento ao público em geral do conteúdo informacional do ACERVO DE SANTOS DUMONT, através da elaboração de produtos (exposição, CD multimídia, banner, portfólio, etc) e instrumentos de pesquisa (base de dados, home page, inventário, catálogo e outros).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA –O DONATÁRIO compromete-se a encaminhar cópias para todos os DOADORES, dos CD's multimídia a serem por ele elaborados. Para os demais produtos e instrumentos de pesquisa a serem elaborados pelo DONATÁRIO, encaminhar a um dos DOADORES 03 (três) cópias para serem reproduzidas para os demais DOADORES. Nos casos em que não for possível encaminhar cópias, por exemplo, das exposições, deverá apenas expedir, com antecedência, um comunicado de sua realização a pelo menos um dos DOADORES.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A partir da assinatura deste Termo, o DONATÁRIO compromete-se a realizar exposições tendo por base a documentação constante dos BENS e itinerá-las, pelo menos, 02(duas) vezes por ano. As exposições devem ser realizadas em instituições, no Brasil ou no exterior, preferencialmente naquelas relacionadas à trajetória de Santos Dumont ou do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley, como por exemplo, nas instalações do Correio Aéreo Nacional - CAN, do qual o Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley é patrono.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA –O DONATÁRIO compromete-se a elaborar anualmente, pelo menos um novo produto para divulgação dos BENS, nos próximos 10 anos, a partir da assinatura deste Termo de Doação.

SUBCLÁUSULA QUARTA -O DONATÁRIO compromete-se a elaborar instrumentos de pesquisa e divulgação, ou seja, CD's MULTIMIDIA de toda documentação que compõe os BENS, home page, catálogo e inventário em até 02 (dois) anos, a partir da assinatura deste instrumento de doação.

SUBCLÁUSULA QUINTA – O DONATÁRIO compromete-se a realizar e estimular projetos de pesquisas acadêmicos e culturais relacionados aos Bens.

Handwritten signatures and initials:
A large signature on the left, followed by "Amy", "TC", "3", and "DM".
On the right margin, there are handwritten notes: "Nelson", "Lavenère", and "Wanderley".

SUBCLÁUSULA SEXTA – OS DOADORES comprometem-se a fornecer informações para o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa, bem como encaminhar ao DONATÁRIO projetos de pesquisas a serem desenvolvidos. Sempre que possível, um dos DOADORES acompanhará e participará dos projetos a serem desenvolvidos pelo DONATÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO DONATÁRIO

Caso por ventura ocorra a extinção do CENDOC, mudança de domicílio, ou mudança nas suas atividades técnico-científicas que incompatibilizem a posse dos BENS, o Comando da Aeronáutica - COMAER, ouvindo preliminarmente a Direção do CENDOC, decidirá sobre o destino institucional destes. Se vier a ocorrer em conjunto, ou seja, a extinção, a mudança de domicílio ou mudança das atividades técnico-científicas os BENS passarão à Instituição sucessora ou, na inexistência desta, a uma Entidade com objetivos similares, comprometendo-se a respeitar todas as cláusulas referentes neste Termo de Doação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Os originais da documentação que compõe os BENS NÃO poderão sair da Cidade do Rio de Janeiro e o DONATÁRIO deverá informar aos DOADORES o destino institucional dos BENS.

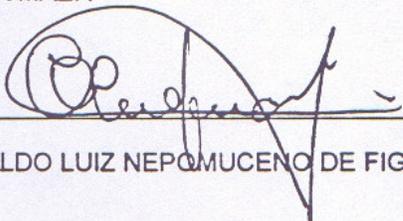
CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO NO D.O.U

A publicação resumida desde instrumento na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo DONATÁRIO, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

Firmando este Termo de Doação, em três vias de igual teor e forma, dão-se aos DOADORES e ao DONATÁRIO, por si e sucessores, mútua, plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação dos BENS, para nada mais pleitearem em relação aos BENS ora doados.

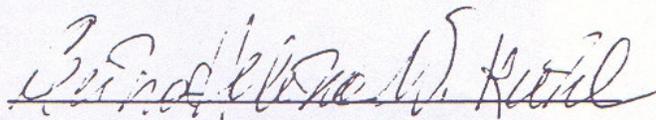
Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2005.

Pelo COMAER

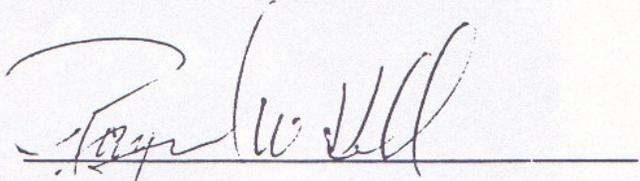


OSWALDO LUIZ NEPOMUCENO DE FIGUEIREDO - Chefe do CENDOC

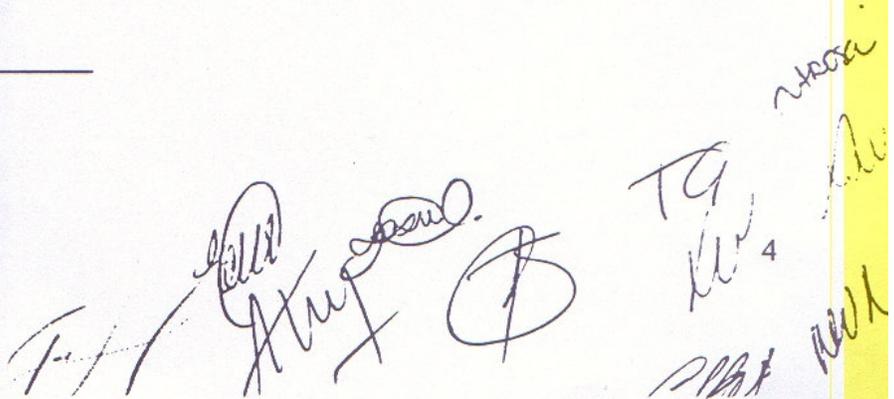
Pela Sra. SOPHIA HELENA DODSWORTH WANDERLEY



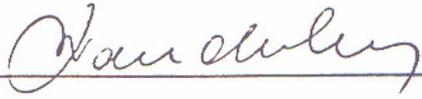
CECÍLIA HELENA WANDERLEY KAHL

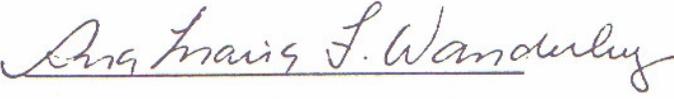


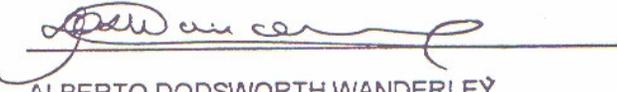
RAYMOND WALTER KAHL



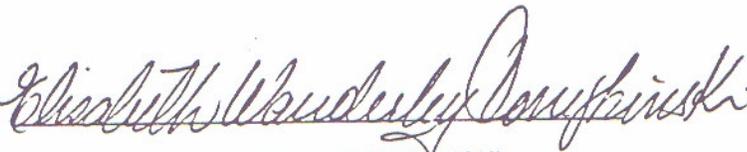
Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including initials like 'F.H.', 'A.H.', 'B.', 'T.G.', 'K.H. 4', and 'P.H.A.' along with the word 'nossa' written vertically.

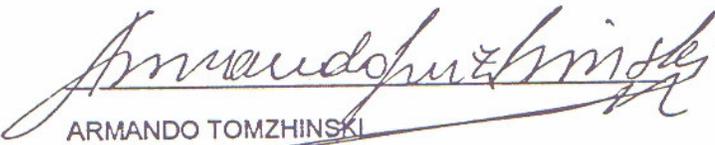

NELSON DODSWORTH WANDERLEY


ANA MARIA FERREIRA WANDERLEY

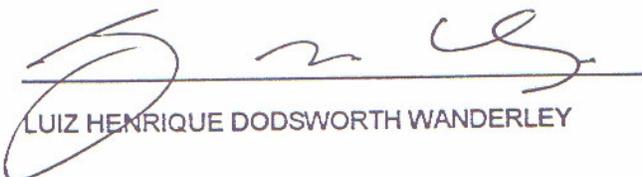

ALBERTO DODSWORTH WANDERLEY

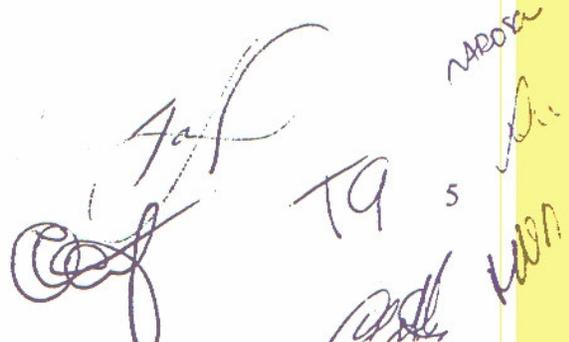

PP LUCIA MARIA WANDERLEY MANO SANCHES


ELISABETH WANDERLEY TOMZHINSKI


ARMANDO TOMZHINSKI


PP JORGE EDUARDO DODSWORTH WANDERLEY


LUIZ HENRIQUE DODSWORTH WANDERLEY


T9 5
M
LWA

Tânia Maria Galvão Wanderley

TÂNIA MARIA GALVÃO WANDERLEY

Testemunhas: Mariana Rosa de Lima

Identidade: 500222

CPF 01903499720

Testemunhas: Francisco Leão

Identidade: 04913901-0

CPF 77200245768



[Handwritten signatures and initials]